

EXTRA.
O NOVO FORMULÁRIO
DO IMPOSTO DE RENDA

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
PESSOA FÍSICA

E LEIA

veja

EDITORA ABRIL N.º 76 - 18 DE FEVEREIRO DE 1970

NCr\$ 2,50

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

NOME DO DECLARANTE: **PERSONA**

ENDEREÇO PARA ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO E DE OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (APARTAMENTO, CASA, ETC.):
RUA ALEGRIA 130 CONJUNTO 16-B

CIDADE: **SÃO PAULO**

RESIDÊNCIA: **CENTRO**

DATA DE NASCIMENTO: **5 3 39**

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: **2.466.121**

OCCUPAÇÃO PRINCIPAL: **D.I. PINHEIROS CONTADOR**

ESTADO CIVIL: CASADO

ESTADO DE CASAMENTO: CASAMENTO

ANO ÚLTIMA DECLARAÇÃO: **69**

SÍMBOLO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO: **SP**

QUANTIDADE	QUANTIDADE	RENDIMENTO LÍQUIDO (R\$)	CÁLCULO DO IMPOSTO
1	A	5,00	IMPOSTO - Calculado sobre a renda líquida: 2.341,00
2	B	35,00	MENOS DESCONTADO NA FONTE: 2.000,00
3	C	13.000,00	IMPOSTO A PAGAR DEVIDO: 341,00
4	D	18.000,00	
5	E	2.400,00	
6	F	100,00	
7	G	2.010,00	
8	H	2.400,00	

APRENDA A DECLARAR

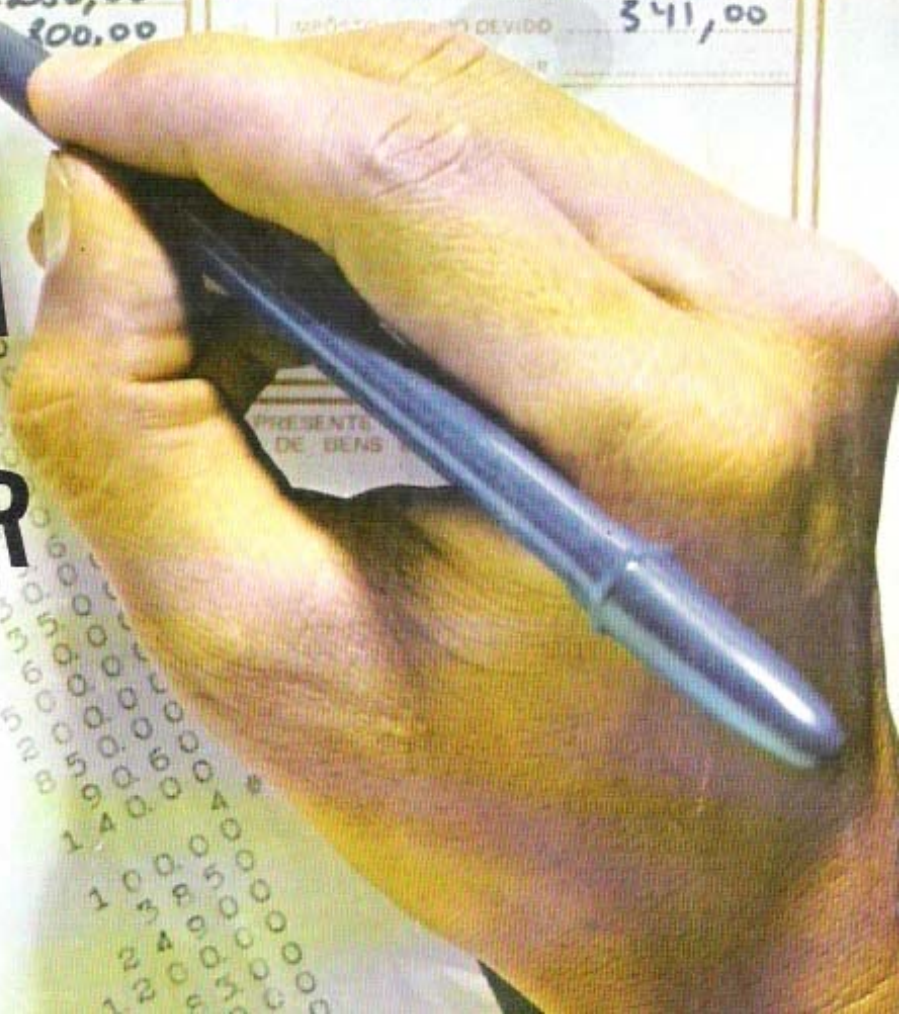
DROGA
ZILDA FIGUEIREDO
Rua Marcelina, 558 -
Inscrição 103.177.826

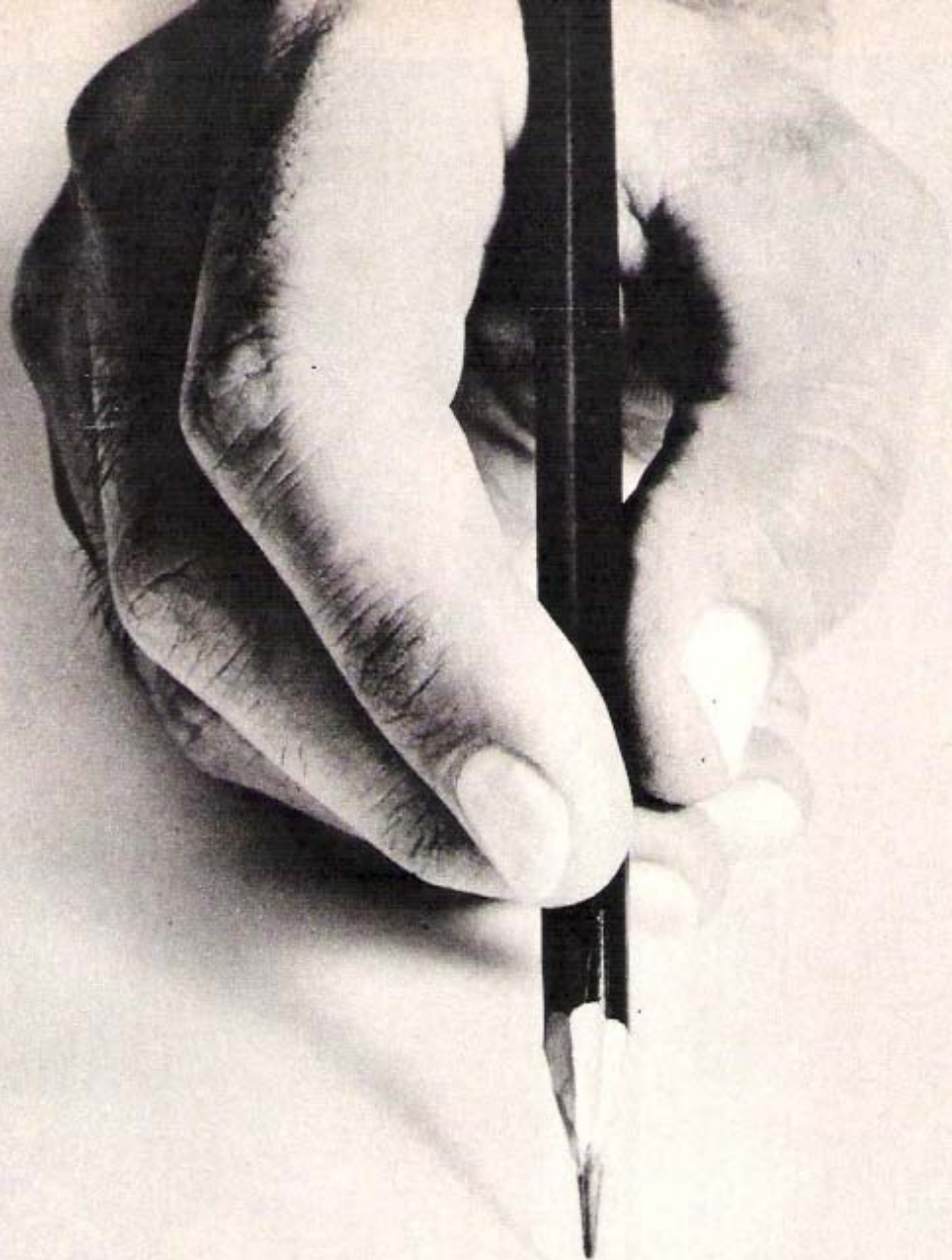
Nota Fiscal de

Renovações Cópias

DA

VILA ROMANA) L.C.G.C.M.F. N.º





Vamos começar a fazer sua declaração de Impôsto de Renda?

Vamos.

Neste número você está recebendo o nôvo formulário oficial do Ministério da Fazenda.

Guarde-o.

E comece a consultar a sua revista Veja sôbre Impôsto de Renda, agora.

Você vai ter muitas informações sôbre o assunto.

(Além da matéria normal da revista)

Hoje começamos.

Continue lendo Veja.

Nos próximos números continuaremos a fazer a sua declaração.

Com tudo o que é necessário para isso.

P.S. Veja ganhou o Prêmio Esso no Ano passado pela "Melhor Informação Econômica do Ano", com a matéria "O Brasil declara renda".

vejaTM

BRASIL

OS PRIMEIROS
CEM DIAS
DE UM GOVERNO
PERMITEM
QUE SE TRACE O
PERFIL
CORRETO DE UM
PRESIDENTE?



Os cem dias do presidente

No domingo do carnaval, quando acompanhava seus netos num passeio de lancha pelo lago Paranoá, em Brasília, o Presidente Garrastazu Medici completava os cem primeiros dias de seu governo. Entre o descanso e as brincadeiras com os netos, meditando sobre os problemas que as sucessões governamentais começam a apresentar, ou escolhendo a melhor forma de responder às perguntas que lhe serão apresentadas na entrevista já marcada para o próximo dia 26, o presidente certamente se terá dedicado, também, a fazer um balanço desses cem dias.

Dois anos na chefia do Serviço Nacional de Informações, a serviço do Presidente Costa e Silva, ensinaram Garrastazu Medici, segundo suas próprias palavras, a enxergar "o direito e o avesso das coisas e dos homens deste país". Seu nome foi incluído entre os candidatos mais fortes desde o primeiro instante em que se pensou na substituição do presidente enfermo. Antes mesmo do afastamento de Costa e Silva, ele já era apontado como o sucessor natural. Mas, se Garrastazu Medici chegou conhecendo o direito e o avesso das coisas e dos homens, o avesso e o direito do Brasil, os brasileiros pouco o conheciam, talvez menos do que qualquer outro presidente.

Por isso, como nenhum outro presidente ao chegar ao poder, ele foi ouvido com atenção e curiosidade. Seu propósito de transformar a Revolução de 1964 "em uma autêntica revolução da democracia e do desenvolvimento", afirmado já no discurso que dirigiu ao país, antes ainda da eleição, levou muitos políticos a esperarem mudanças radicais imediatas, no campo institucional, a partir de sua posse. Outros, procurando enxergar mais longe, tinham como

fundamental a manutenção de uma política econômico-financeira, que já produzira bons resultados no governo anterior.

Na realidade, nada autorizava concluir das palavras do presidente que a democracia seria restaurada à custa do

desenvolvimento econômico, ou que este seria intensificado com a supressão total daquela. A praxe de se começar o julgamento dos governos a partir de seus primeiros cem dias de atividade não parece ter muita base lógica. Nas condições em que se instalou o governo Garrastazu Medici, o critério se mostra ainda mais falho e ineficiente. Mas o que esperavam já para os primeiros dias o cumprimento de promessas feitas para todo um período governamental certamente não conheciam, como o novo presidente, o direito e o avesso das coisas, nem faziam idéia do volume e do tipo de problemas que diante dele estavam colocados.



Na posse: palavras para especulação

Os sinais — Depois da ida do presidente para Brasília, entre as elegantes colunas do Palácio do Planalto, políticos e jornalistas procuravam descobrir a marca do novo governo. Para orientar as especulações, havia o discurso de posse. Nêle, Garrastazu Medici, pela primeira vez, aludiu ao Congresso Nacional, reconhecendo nos deputados e senadores os representantes do povo. Algumas afirmações desse discurso serviam como sinais aos que aguardavam mudanças significativas. O presidente falava de abertura de novos mercados no exterior ("... buscar o comprador na extensão toda do mapa do mundo"), indicava a necessidade da formulação de nova política salarial, reclamava a integração do homem do campo no processo de desenvolvimento do país.

Para os políticos, os sinais melhores estavam em outras passagens: "Ao término do meu governo espero deixar definitivamente instaurada a democracia... creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".

O presidente foi além. Passou a dialogar com os parlamentares. Visitou o Congresso Nacional. Compareceu à convenção da Arena. Disse-lhes claramente que deveriam cumprir integralmente o seu dever, quer na Arena, quer no MDB.

O ministério — Ainda sob a expectativa dos que aguardavam definições, Garrastazu Medici compôs o seu ministério. Foi o seu primeiro ato de presidente, mas não uma definição: alguns ministros continuaram, novos ministros foram chamados. Não houve renovação total, nem continuísmo absoluto.

Aparentemente, esse ministério, composto à base de critérios que levavam em conta, fundamentalmente, a capacidade administrativa e a identificação com os princípios revolucionários, seria um diligente executor da orientação presidencial. Ao atingir a marca dos cem dias, contudo, alguns assessores do General Garrastazu Medici começaram a denunciar um certo emperramento da máquina administrativa, a qual não estaria reagindo com a desejada rapidez ao comando do presidente. Para os observadores ansiosos, o ministério, nem quando foi escolhido, nem quando chegou aos cem dias, conseguiu definir uma linha.

Administração

— Não houve mudanças imediatas na rotina administrativa. Os projetos de grande repercussão, destinados a revelar à opinião pública a realidade da nova equipe, até agora não foram divulgados oficialmente (o presidente havia designado o dia 20 de janeiro para a entrega dos planos dos vários ministérios à coordenação do Ministério do Planejamento). Medidas isoladas, ainda que muito significativas, como a destinação das verbas da Expo-72 para conclusão das obras da cidade universitária na ilha do Fundão, não chegaram a dar uma idéia de trabalho conjunto e planejado.

Se faltaram marcantes realizações no campo administrativo, não faltaram medidas que mostraram a continuidade do espírito revolucionário no novo governo. A mais importante foi o Ato Complementar 78, que impede funcionários públicos punidos com a suspensão de direitos políticos ou a cassação de mandatos eletivos de exercerem suas funções. Outra medida de larga repercussão no setor da segurança nacional: o decre-

to que estabeleceu a censura prévia de livros e revistas, para conter o que algumas autoridades vêm chamando "onda de pornografia que está invadindo o país".

O que realmente caracterizou a atividade administrativa foi o lento e cauteloso trabalho de composição dos escalões intermediários. Até a semana passada, o Instituto do Açúcar e do Alcool, considerado uma das autarquias mais importantes, estava sem presidente. Garrastazu Medici havia escolhido o industrial Fernando da Cunha Lima para exercer o cargo. Aparentemente, surgiram restrições, e a oficialização da escolha foi sustada. A posterior nomeação do General Tavares Carmo foi decorrência de interferência direta do presidente (veja página 29). No IBC, o diretor de Comercialização, economista Wander Batalha, só foi nomeado na semana passada, do mesmo modo que o ex-assessor especial da Presidência da

colcha dos líderes do governo no Congresso e dos presidentes das mesas diretoras das duas casas legislativas, a determinação em dirigir pessoalmente o processo da sucessão governamental indicam que no seu íntimo os objetivos estão definidos e, até onde possível, escolhidos os caminhos para atingi-los.

Êxitos — Cem dias constituem período pequeno demais para o julgamento de um governo. Foram, contudo, suficientes para que o próprio presidente fizesse um balanço dos seus êxitos. Segundo confidências dos assessores, ao mesmo tempo que reconhece o relativo emperramento da máquina administrativa, Garrastazu Medici manifesta satisfação pelos resultados já obtidos no campo econômico-financeiro — mantêm-se altos os índices do desenvolvimento nacional — e pela tranquilidade conseguida na área militar.

Enquanto se procurava um sucessor para Costa e Silva, houve quem denunciasse focos de insatisfação dentro das Forças Armadas. O bilhete que há poucos dias o General Albuquerque Lima — que seria um daqueles descontentes — encaminhou ao Senador Dinarte Mariz, reconhecendo o acerto da escolha de Garrastazu Medici para a presidência e exaltando, no geral, a sua orientação administrativa, parece demonstrar que se houve inquietação ela não existe mais.

O ex-Presidente Castelo Branco repetia constantemente que não cortejava aplausos e por isso foi considerado um dos mais austeros dirigentes que o país já teve. Seu sucessor, Costa e Silva, pareceu um homem mais agradável e acessível, com sua insistência em falar da humanização da Revolução.

Gestos desse tipo definem os estilos. Garrastazu Medici, com sua prudência, sua cautela, mesmo seu compasso lento, parece estar dando tempo ao tempo. Sem problemas maiores na área militar, mantido o acelerado ritmo do desenvolvimento econômico, êle se volta para a formação de um sólido esquema de sustentação política para a Revolução, que torne viável a meta da plena democracia, no final do seu governo. Castelo Branco e Costa e Silva falharam nesse objetivo — o primeiro em outubro de 1965, o segundo em dezembro de 1968 — porque não dispunham de cobertura de um esquema eficiente na área ci-



Na convenção da Arena: um ato de comando e uma nova diretriz partidária

República, Marcos Pratini de Moraes, só na semana passada foi nomeado para a diretoria.

Prudência — Os que conheciam o General Garrastazu Medici antes de sua eleição já previam esse comportamento na formação dos escalões intermediários. O número relativamente pequeno de decisões nesse setor levou muitos dos seus críticos a enxergarem uma certa timidez em sua ação. Contudo, homem habituado a observar rigorosamente o trabalho dos seus auxiliares, não seria ao chegar à Presidência da República que Garrastazu Medici abandonaria hábitos já antigos. A palavra mais correta para definir esse ritmo é prudência, não timidez.

Êle não revelou nenhuma timidez nos momentos em que precisou assumir claras atitudes de comando. A forma como se dirigiu aos parlamentares da Arena, durante a convenção partidária, a es-

vil. É provável que o ritmo lento dos primeiros cem dias não venha a ser o ritmo de todo o período governamental, nem signifique afastamento dos objetivos anunciados nos primeiros pronunciamentos: a instauração definitiva da democracia; o diálogo aberto com todas as camadas da população; a redução das desigualdades na distribuição da renda nacional; a aceleração do ritmo de desenvolvimento com a preparação de um grande projeto nacional; e a participação de todos os trabalhadores nos benefícios desse desenvolvimento.

Certamente é muito cedo para projetar, a partir desses cem dias iniciais, as perspectivas do terceiro governo revolucionário. O que para alguns é hesitação, e para outros timidez,



O Ministério: sua composição não chegou a definir rumos

faz parte de uma estratégia global com que o presidente pretende atingir, na hora devida, os objetivos claramente definidos nos seus pronunciamentos. Muito antes de chegar à presidência, quando ainda comandava o III Exército, no Rio Grande do Sul, ele disse: "O povo que apóia a Revolução não está pedindo a volta ao passado, mas o apressamento para o futuro".

Nove atos de repercussão

Nove medidas de repercussão marcarão os primeiros cem dias do governo Garrastazu Medici. No campo específico da política, o presidente praticamente começou seu governo com uma visita ao Congresso Nacional — que saía de um recesso de dez meses e acabara de ser reaberto para sua eleição. E foi nesse dia que recomendou aos homens da oposição: "Mandem brasa". Pouco tempo depois, no mesmo edifício que visitava pela segunda vez, o presidente deu aos políticos uma nova demonstração de aprêço pela sua atividade: compareceu à Convenção Nacional da Arena, inscreveu seu nome no livro de registro dos filiados e pronunciou um discurso na sessão de encerramento.

Em janeiro, como que respondendo aos que, na oposição, cobravam providências concretas no rumo da democratização, foi assinado ato que suspendeu o recesso imposto à Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, em São Paulo.

Já próximo à marca dos cem dias, o presidente prestigiou publicamente o Ministro Jarbas Passarinho, criticado por ter incluído Cuba entre os países cujo esforço o Brasil deve imitar no campo educacional (ainda que ressaltando os defeitos do sistema cubano). Prestigiando o ministro que adota a linha do diálogo na solução dos problemas de sua pasta, o presidente, para

muitos, definiu como sua aquela orientação.

A preocupação com a atividade do Congresso, que não foi demonstrada pelos anteriores presidentes revolucionários, levou Garrastazu Medici a promover a reforma e ampliação de sua assessoria parlamentar. Quando a Câmara e o Senado voltarem a funcionar, em abril, ele deseja saber imediatamente o que ali acontece.

Fora do campo político, quatro providências do presidente tiveram grande repercussão, duas delas anunciadas durante a reunião ministerial de 6 de janeiro: a redistribuição da riqueza nacional, colocada entre os objetivos fundamentais do governo, e a aceleração da transferência dos órgãos da administração para Brasília, então determinada aos ministros.

Ainda antes dessa reunião, o presidente determinara o emprêgo nas obras da cidade universitária, na ilha do Fundão, dos recursos destinados à promoção da Expo-72, que foi cancelada. E mais próximo ao começo dos cem dias, Garrastazu Medici teve seu gesto de maior alcance popular: modificou o regime de correção monetária do sistema habitacional, acabando com a reavaliação dos débitos, que tornava praticamente eterna a dívida daqueles que se aventuravam à compra de uma casa própria.

COMUNICAÇÃO

O governo na TV

Uma certidão do Departamento de Marcas do Ministério da Indústria e Comércio provou que o título "Brasil Para Seu Governo", utilizado pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República para seus programas de televisão, já tinha dono. E esse dono — que havia solicitado o registro em 1963 e só o obteve em 1968 — apareceu há poucos dias no escritório da Assessoria, no Rio, pedindo 30 000 cruzeiros novos para autorizar seu uso pelo governo.

Entre pagar e mudar o nome, a AERP preferiu mudar. O programa fôra ao ar algumas poucas vezes, desde que foi lançado, ainda no governo Costa e Silva, e não chegou a fixar uma imagem na opinião pública. A troca, neste caso, não foi considerada prejudicial.

Assim surgiu o novo programa, "Fazendo o Jôgo da Verdade", que será lançado esta semana (o dia ainda não foi determinado) com a apresentação do Ministro Rocha Lagoa, da Saúde. O programa continuará o mesmo: oito minutos de duração, muitos "closes" do entrevistado, projeção de "slides" para ilustrar sua exposição. De novo, mesmo, haverá apenas o título, tirado do primeiro discurso pronunciado pelo General Garrastazu Medici na televisão, quando era apenas candidato à presidência da República. Um dono que certamente nada cobrará da AERP pela utilização da sua frase.

CENSURA

As novas regras

Quando o Supremo Tribunal Federal voltar a funcionar, em março, os ministros serão chamados a definir o que sejam "publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes", a fim de ser cumprida a portaria que o Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, baixou na semana passada, regulamentando o decreto presidencial sobre a censura prévia de livros e periódicos. O próprio Presidente Garrastazu Medici, ao basear na Constituição e não em Ato Institucional o decreto que iniciou essa ofensiva contra a pornografia e o erotismo, admitiu que a Justiça venha a decidir sobre os critérios a serem utilizados no julgamento das publicações. Se o decreto do Presidente Garrastazu Medici já fôra recebido com reservas, a portaria do Ministro Buzaid provocou verdadeira onda de protestos de jornais e entidades culturais (o presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, consi-

derou-a "uma medida medieval"), principalmente porque entrega aos delegados regionais da Polícia Federal a incumbência de fazer a censura de livros e revistas.

Nos meios editoriais há, também, preocupações de natureza técnica. Duvida-se da capacidade dos delegados de polícia para decidirem em vinte dias — prazo estabelecido pela portaria — sobre o conteúdo moral de livros nacionais e estrangeiros. (Um editor pergunta: "O livro estrangeiro precisa ser entregue à Censura no original ou traduzido? E se eu gasto com a tradução e depois o censor veta o livro?") No setor das publicações periódicas, aos editores parece tecnicamente impossível esperar 48 horas, tal como determina a portaria, pela liberação de suas revistas. Fatalmente, serão colocadas à venda já desatualizadas.

Segundo fonte do Ministério da Justiça, o Ministro Alfredo Buzaid "está consciente desses problemas, mas acha que a moral e os bons costumes devem ser preservados".

Ofensiva — O jurista Pontes de Mi-

randa considera que há na portaria do Ministério da Justiça "pontos que ferem a Constituição", pois esta proíbe expressamente a censura prévia de livros, revistas e jornais. O que a muitos parece mais surpreendente é que a própria portaria autoriza os editores a solicitarem dispensa da censura prévia, cabendo ao ministro da Justiça decidir cada caso, isoladamente. Isso fará dela o mais estranho dos textos legais, que alguns serão obrigados a cumprir e outros não. (Contudo, há também quem veja nisso uma saída para as publicações consideradas sérias, que não exploram assuntos duvidosos.)

Em todo o caso, o Governo agora se considera armado e, numa demonstração de que esse combate pode ser levado em outras frentes, o diretor do Serviço de Censura de Diversões Públicas, Wilson Aguiar, já determinou a volta ao seu órgão, em Brasília, de todos os textos teatrais que estão sendo encenados no país.

A Censura anterior, segundo Wilson Aguiar, preocupou-se muito com a segurança nacional e pouco com a moral. ○

ARENA

Tecelão na Bahia

"Foi tudo bem, não foi?" Com essa pergunta, um comentário bem ao seu jeito mineiro de quem não quer afirmar, Rondon Pacheco dava a medida de sua satisfação, após quase quatro horas de conversas com pelo menos cinquenta políticos da Arena da Bahia, cujas divergências ele pretende superar.

O presidente nacional da Arena inicia em Salvador, onde chegou sexta-feira por volta do meio-dia, uma viagem de dezoito dias, que o levará às capitais dos Estados do leste e nordeste, para atender a vários objetivos: pacificar grupos em luta nas seções estaduais, transmitir a orientação do Presidente Garrastazu Medici para as sucessões governamentais, receber das lideranças locais informações sobre os problemas ligados à sucessão.

Evandro Paranaguá, da sucursal de VEJA em Brasília, acompanha Rondon Pacheco nessa viagem. De Salvador, logo após a reunião de Rondon com os

A segunda vez da censura

Estes são alguns dos espetáculos atualmente em exibição que, aparentemente, poderiam ser atingidos pela decisão do chefe do Serviço de Censura:

HAIR: Uma das peças de maior sucesso internacional nos últimos anos. Danças e canções e meio minuto de nudez dos participantes ("uma demonstração simbólica da inocência", afirmam os autores).

O BALCÃO: De Jean Genet, considerado um "autor maldito". (O Balcão é o nome de um bordel, ao mesmo tempo uma "casa de ilusões" onde as pessoas comuns se transformam em autoridades importantes.) Alguns atôres nus e gestos obscenos, a imitação de um

ato sexual, são os pontos que podem levar a Censura a intervir.

NAVALHA NA CARNE: Sem dúvida um dos textos de Plínio Marcos que mais público levaram aos teatros. Os três personagens — uma prostituta, um gigolô e um homossexual — envolvem-se numa pesada trama de amor e ódio, usando gíria e palavrões nos diálogos.

RITO DO AMOR SELVAGEM: Com cenas de dança, show, circo e cinema (veja a página 68). Vários personagens aparecem quase nus e há passagens mais cruas: numa delas, durante o que parece ser uma assembléia da ONU, conhecidos líderes de vários países entregam-se a apalpadelas sob a mesa de reuniões.



"O Balcão": bordel cheio de ilusões



"Hair": canções e nudismo inocente



Rondon: o que é que a Bahia tem?

políticos, ele envia este comentário do presidente da Arena: "O que senti em meus encontros com os baianos foi uma demonstração de espírito público e maturidade política. É claro que há divergências, mas isso é natural. Deus me livre de ser o presidente de um partido onde todos pensem de maneira padronizada. O importante é que estamos conversando, falando francamente e nos entendendo. E mais: quando chegar a hora de ser escolhido o novo governador — e essa hora ainda não chegou —, estou certo de que o partido estará unido. Mas é preciso que não se confunda unidade com unanimidade, pelo menos por enquanto. Quando o Presidente Medici der o sinal verde para determinado candidato, aí, sim, será desejável que ele tenha apoio maciço de todas as facções".

Pacificar — O objetivo fundamental da viagem de Rondon Pacheco é a pacificação das seções estaduais da Arena. Quando o processo sucessório for desencadeado, sob o comando pessoal do Presidente Garrastazu Medici, as facções deverão unir-se naturalmente em torno do candidato escolhido. Rondon não estimula nem desestimula os pretendentes, mas a todos deixa claro que a Arena unida é condição indispensável para que o presidente da República atinja, no final de seu mandato, a meta do restabelecimento da plena democracia no país.

"A hora é de abrir o leque, não de fechar", disse Rondon Pacheco aos baianos. Com isso negou a existência de qualquer orientação do Presidente Garrastazu Medici no sentido de que ex-governadores sejam impedidos de pleitear a volta ao governo.

A luta baiana — Lomanto Júnior, ex-governador, e Antônio Carlos Magalhães, prefeito de Salvador, são os dois aspirantes declarados ao governo do Estado. A declaração de Rondon, de que não há veto formal ao retorno de ex-governadores, pode reanimar as débeis esperanças de Lomanto, minoritário dentro do partido e enfrentando um adversário que conta com o apoio considerável do Governador Luís Viana. Mas a situação não se define, porque há muitos subgrupos indecisos dentro do partido, à espera da orientação presidencial. O Governador Luís Viana é um grande eleitor, mas não está em condições de decidir a favor do seu preferido. Mesmo a bancada da Assembléia Legislativa não obedece inteiramente ao seu controle (ele sofreu cinco derrotas no ano passado). E, nesse quadro de indefinição, outros candidatos esperam sua vez: Jutaih Magalhães, vice-governador, filho do ex-Governador Juracy Magalhães; Ruy Santos, deputado federal, que circula também na área do ex-Governador Juracy Magalhães; João Mendes, ex-deputado, ministro do Superior Tribunal Militar; Barachisio Lisboa, apolítico, incluído numa relação de nomes sobre os quais foram enviadas informações ao governo federal.

A força da Arena — A Arena domina tranquilamente a política baiana. Tem 268 diretórios em 368 municípios, 298 prefeitos, 24 deputados federais numa bancada de 28, 47 deputados estaduais numa Assembléia de 55. Esse poder é que provoca os seus problemas: todos os grupos desejam controlar a máquina partidária.

Para solucioná-los, Rondon viaja. Não como bombeiro que vai apagar incêndios, como quer o presidente do MDB, Oscar Passos, mas como tecelão para recompor as malhas do partido, como ele próprio passou a se definir. ○

MDB

A pesada bandeira

As vésperas de seguir para o Acre, onde terminaria a primeira parte de sua viagem pelos Estados brasileiros, o Senador Oscar Passos confessou, sorridente, ao repórter de VEJA: "Agora posso fazer uma parada para cuidar de minha tribo, consciente do dever cumprido". Por duas semanas, Passos deixará de ser o presidente nacional do MDB, para dedicar-se à sua própria campanha eleitoral: ele deseja reeleger-se senador pelo Acre. No início de março recomeçará a viagem, visitando ainda Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O senador está satisfeito com os resultados políticos de sua viagem e é próprio cita os principais: conseguiu convencer



Passos no Pará: uma situação difícil

os desanimados de que o MDB deve continuar existindo, estimulou a reorganização partidária e insuflou coragem nos chefes políticos e no eleitorado emedebista.

Carnaval e descanso — Passos chegou a São Luís em pleno carnaval. Aí, durante três dias, enfrentou um importante problema político: a divisão do MDB maranhense em dois grupos ameaça enfraquecer o partido nas próximas eleições. O grupo que domina o Diretório Estadual (comandado pelo Deputado Estadual Domingos Diniz, presidente do partido) tem uma orientação política estritamente regional (preocupa-se, sobretudo, em atacar o governo de José Sarney). Com essa linha não concordam os deputados José Burnett e Bayma Serra, líderes do grupo contrário. Passos reuniu-se com Burnett e Diniz separadamente e logo depois afirmou que o problema estava resolvido.

O MDB do Maranhão é um partido em crescimento. Tem 62 diretórios formados em 130 municípios, mas espera chegar aos noventa. Domingos Diniz explica que só não fará diretórios nas pequenas cidades, "onde o povo tem medo de se opor e não há mesmo condições de conseguir a filiação partidária". Estado pobre (a agricultura está em crise e o setor industrial é pouco desenvolvido), o Maranhão encontra dificuldade principalmente nos distritos rurais, onde ainda são os "coronéis" que controlam o voto dos eleitores. O eleitorado oposicionista fica concentrado na capital e nos maiores núcleos urbanos do interior. A situação do MDB, em todo o caso, não pode ser considerada má: conseguiu vencer dezessete das 38 prefeituras em que disputou as recentes eleições municipais. Em 1966 fez quatro dos dezesseis deputados federais, mas dois (Renato Archer e Cezar Carvalho) foram cassados. No plano estadual tem nove deputados, contra 31 da Arena. Nas eleições deste ano, o partido tem esperança de eleger um senador e dois dos seis deputados federais. Na bancada estadual pretende ter seis dos dezoito parlamentares.

No Pará, o medo — Ao chegar no Pará, na terça-feira de carnaval, Oscar Passos voltou a encontrar um MDB atemorizado. Em 1964, o PSD era o partido mais forte do Estado, mas perdeu toda a sua cúpula (governador, prefeitos, etc.) e veio a transformar-se no núcleo da oposição. Passando a integrar o MDB, os que restaram procuravam fazer uma oposição moderada, mas ainda assim o partido perdeu um dos seus dois federais, dois dos oito estaduais, um suplente de estadual e também o novo presidente do Diretório que substituíra o cassado. Depois do AI-5, a renúncia do seu presidente acompanhado por três deputados estaduais enfraqueceu ainda mais o partido. Agora, depois de uma reorganização, o MDB conseguiu formar 28 diretórios nos 83 municípios e tem mais 21 em organização. Esse quadro torna modestas as pretensões do partido nas próximas eleições: há a possibilidade remota de conseguir um senador e dois deputados federais em sete e um quarto dos deputados estaduais. No plano municipal, possivelmente dez prefeitos em 83 municípios.

Comparada à do Maranhão, a situação da oposição no Pará parece ser bem mais difícil, mas mesmo assim Passos, nos pronunciamentos que fez pela televisão, procurou fixar a imagem do MDB, associando-se à "digna bandeira dos que lutam pela liberdade".

Uma bandeira que o senador, apesar de seu otimismo, deve considerar extremamente difícil de carregar nas condições enfrentadas pela oposição no Pará, embora nos outros Estados ela não pareça menos árdua.

Sátiro candidato

Na semana passada, o Presidente Garrastazu Medici assinou ato aposentando o Ministro Ernâni Sátiro do Superior Tribunal Militar. Praticamente, a aposentadoria significou uma autorização presidencial para que Sátiro cuidasse de sua candidatura ao governo do Estado da Paraíba.

O fato de ser êle o primeiro candidato a receber o sinal verde de Garrastazu Medici não chega a surpreender. Figura destacada da antiga UDN, da qual foi fundador e presidente nacional, Sátiro sempre foi homem importante no Congresso Nacional. Entrou para a Arena quando o Presidente Castelo Branco extinguiu os velhos partidos e em 1967 chegou à liderança da bancada da Câmara, quando o então líder Pedro Aleixo foi eleito vice-presidente da República. Em 1968, o episódio do pedido de licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, autor de discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, acabou levando-o ao hospital, vítima de ligeiro distúrbio circulatório. Restabelecido quando o Congresso já estava em recesso, Sátiro não voltou às atividades parlamentares: foi nomeado ministro do STM pelo Presidente Costa e Silva.

Antes de aposentar-se, consultou Rondon Pacheco, presidente da Arena, sobre a validade de sua inscrição no partido. Achava que a nomeação para o Tribunal cancelara sua filiação partidária. Rondon tranquilizou-o, mas nem assim Sátiro ficou satisfeito: "Quem quer ser governador não pode facilitar. Pelo sim, pelo não, tornei a me inscrever na Arena".



Sátiro: de ministro a candidato



A "Santa Ceia" de Ataíde: 2 bilhões antigos em troca de um acesso melhor

MINAS

Por uma estrada

O que pode ser mais importante: uma estrada ou uma obra de arte? Os padres lazaristas do Colégio do Caraça, Minas Gerais, preferem, decididamente, a estrada. Por isso, fizeram uma curiosa proposta ao Governador Israel Pinheiro: o asfaltamento da estrada que liga Caraça a Santa Bárbara (um rústico caminho de 26 quilômetros, cheio de pedras, curvas e ladeiras) em troca de uma "Santa Ceia", de 5 metros por 3 metros, pintada por Manuel da Costa Ataíde em 1828 e avaliada em 2 milhões de cruzeiros novos. A escolha dos padres é explicável: êles querem transformar o colégio em um centro de estudos. Mas as condições atuais da estrada (construída em 1926 e único meio de acesso ao Caraça) impedem qualquer progresso. Com isso, tanto a tela de Ataíde como todo um valioso acervo de obras de arte e documentos raros (o Caraça possui 87 livros quinhentistas) continuará quase inacessível aos estudiosos.

A "Santa Ceia" é o único quadro assinado por Manuel da Costa Ataíde, talvez o mais importante pintor colonial brasileiro, nascido em Mariana (Minas Gerais), em 1762. A atribuição de obras a sua autoria tem sempre contestadores. Mesmo a "Santa Ceia": o historiador Augusto de Lima Júnior, por exemplo, acha que o quadro seria de Francisco de Assis Ataíde, pintor e professor de desenho de Ouro Preto. Os padres lazaristas, entretanto, têm uma prova importante: um documento de contabilidade que trata da compra do quadro, em 1828, por 324 mil-réis, pagos a Manuel da Costa Ataíde pelo Padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro.

A velha escola — Construído num alti-

plano, a 1 400 metros de altitude e rodeado de montanhas de até 2 000 metros, o Caraça (doado aos lazaristas em 1820 por Dom João VI) foi, por quase um século, o colégio mais famoso de Minas Gerais. Apesar de seu acesso complicado, foi o primeiro colégio mineiro visitado por Dom Pedro I e Dom Pedro II. Por suas salas passaram Afonso Pena, Artur Bernardes, Olegário Maciel. Mas o aparecimento de novos colégios no começo deste século, mais a dificuldade de acesso pela estrada pedregosa, provocou a decadência do Caraça (o nome vem de um morro nas proximidades, cujos contornos lembram uma grande cara, vista de perfil). E, em maio de 1968, um violento incêndio consumiu parte do prédio, destruiu 15 000 dos 20 000 volumes da biblioteca, considerada a mais valiosa de Minas, e provocou o fechamento do colégio. Agora, quase dois anos depois, os padres lazaristas estão dispostos a reabrir suas portas. E para isso só esperam convencer o governo mineiro a pagar uma ceia de 2 milhões novos.

CARNAVAL

O fim na estrada

No meio da madrugada de quarta-feira de cinzas, o samba de Mangueira mudou de tom e caminhou em marcha lenta, apenas ao som ritmado dos surdos, pela Avenida Presidente Vargas: Nair dos Santos, a Nair Pequena da Mangueira, tinha acabado de morrer, em pleno desfile. É mais uma lenda acrescentada ao folclore do samba. A morte de Nair foi, sem dúvida, a mais poética do carnaval. Mas não foi a única, nem a mais trágica. Em Pôrto Alegre, o operário Podalírio Alves Pereira matou a esposa Maria Eva com uma barra de ferro.

porque ela tinha ido ao carnaval sem sua permissão. E em Minas Gerais, no Balneário do Sol, José Silva Filho colocou o filho sobre os ombros e foi caminhando, tranqüilamente, para o meio da lagoa, até ficar completamente submerso. O menino começou a gritar e foi salvo. José Silva morreu.

Entre São Paulo, Guanabara, Belo Horizonte, Curitiba, Pôrto Alegre, Recife, Salvador e Brasília — num total de 15 600 000 habitantes — houve 275 mortes violentas (acidentes, homicídios e suicídios) durante o carnaval, que, apesar disso, foi considerado pelas autoridades policiais como "bastante tranqüilo". Na área da Polícia Rodoviária houve um acentuado aumento no índice de ocorrências: 111 mortes, 45% do total.

A causa da morte — A cada dois minutos e meio morre alguém em acidente de automóvel, no mundo. O Brasil também faz parte das estatísticas: quatro mortos por dia. Nos dias de festa (fim de ano e carnaval) esse número aumenta extraordinariamente. Só em São Paulo, onde a média de mortos em acidentes rodoviários é de quinze pessoas nos fins de semana comuns, houve 65 mortes no carnaval. A Polícia Rodoviária tem uma explicação: "Há um acentuado aumento de tráfego nesses dias. Com isso, aumentam os acidentes — quase sempre provocados pela imprudência. Os motoristas não fazem manutenção, não examinam os freios, esquecem de verificar as luzes. Não permitem que ninguém passe à sua frente. E não fazem distinção entre noite e dia — correm do mesmo jeito. Além disso, parecem não se preocupar com o cansaço. Depois de pularem e beberem a noite inteira, pegam o carro e voltam para o trabalho. Eles não agüentam, mas têm de chegar de qualquer maneira, se possível na frente dos outros. E assim muitos morrem".

IMPRENSA

Um dia de azar

De repente, o homem entrou na redação do "Popular da Tarde", de São Paulo, atirou um jornal sobre a mesa de Nino Cecílio, o secretário de redação, e apontou com um dedo acusador: "Esta notícia está errada!" Nino nem precisou olhar para saber a que notícia o leitor se referia. Aborrecido, sacudiu a cabeça: "Eu sei".

Para Nino Cecílio (35 anos, dezessete de jornalismo), a quarta-feira da semana passada foi um dos piores dias de sua vida profissional. Nesse dia, o "Popular da Tarde" (8 000 exemplares diários) publicou em primeira página a notícia da chegada de Tostão ao Brasil. E na última página do caderno de esportes uma re-

portagem de quase seiscentas palavras contava toda a história — desde a descida no Galeão, "às 7h30 da manhã", até a posterior viagem para Belo Horizonte, "em companhia de seus familiares, num táxi-aéreo". Um dos parágrafos: "... Estavam esperando Tostão, há mais de duas horas, os seus pais, o tio e muitos funcionários do aeroporto do Galeão, que fizeram questão de ver bem de perto o ôlo esquerdo do jogador. Dona Osvaldina (mãe de Tostão) ficou muito emocionada quando viu o filho descer do avião que o trouxe de Houston". A reportagem só tinha uma falha: Tostão ainda está nos Estados Unidos — por determinação dos médicos sua volta foi adiada e ele não estará no Brasil antes de 20 de abril.

A "barriga" — O "Popular da Tarde"

TOSTÃO VOLTOU. AMANHÃ ELE REENCONTRA PELE E A SELEÇÃO BRASILEIRA



Primeira página do "Popular": barriga

cometeu o que, em linguagem jornalística, chama-se "barriga" — a publicação de uma notícia que não aconteceu —, o mais assustador fantasma das redações. Nino Cecílio queixa-se da fatalidade: "O jornal fechou de madrugada e às 7 horas já estava impresso. A matéria sobre o Tostão foi feita com base na programação preparada para sua chegada. A intenção era dar ao leitor um noticiário 'quente', atualizado. Infelizmente, o primeiro telegrama internacional falando no adiamento da viagem chegou às 7h19. Aí não havia mais nada que pudéssemos fazer". E o jornal foi para as bancas, para desespero de seus editores. Mas para a jovem equipe de repórteres e redatores do "Popular da Tarde" (idade média de 24 anos) o caso teve sua utilidade. "Foi uma lição", afirma Nino Cecílio. "Vamos aproveitá-la e não desanimar. Afinal, não fomos os primeiros a cometer uma rata. E, certamente, não seremos os últimos."

LSD

Sem definição

Desde sábado de carnaval, o Forum Criminal de São Paulo está em dúvida: usar ou vender LSD é ou não crime? Para o advogado Alvim Passos, que defende o pintor Antônio Peticov, preso no dia 28 do mês passado sob a acusação de tráfico de drogas, não é. Para a Delegacia de Entorpecentes, que prendeu Peticov como o primeiro traficante de LSD descoberto em São Paulo, a dietilamida de ácido lisérgico é mesmo uma substância entorpecente e seu uso ou tráfico deve ser punido com a pena prevista no artigo 281 do Código Penal: prisão de um a cinco anos e multa de dez a quinze vezes o maior salário mínimo do país. Quem está com a razão? É a pergunta que corre pelos corredores do Forum. A resposta deverá ser dada nas próximas semanas, quando nove desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo julgarem o recurso "ex-officio" enviado pelo juiz Evandro Antônio Cinino, da 22.ª Vara Criminal. (Nos casos de habeas corpus, o juiz é obrigado a recorrer de sua própria decisão.) No sábado de carnaval, por força de um habeas corpus concedido pelo juiz Cinino, Peticov recuperava a liberdade. A decisão do juiz baseou-se na petição do advogado Alvim Passos, que alegava não constar o LSD no rol das substâncias tóxicas previstas nos decretos-leis 891 e 159, únicos que tratavam do assunto. "É que a droga quando da promulgação dos decretos, ainda não era conhecida no Brasil", argumentava o advogado. De acordo com o previsto no Código Penal, o juiz, logo que recebeu o pedido de habeas corpus para Peticov, solicitou do DEIC informações sobre o acusado. Com os feriados carnavalescos, a resposta seria dada com um atraso de sessenta horas e o juiz, a essa altura, já havia concedido liberdade a Peticov. Não ficou sabendo que o laboratório do Instituto Médico Legal havia feito a análise das cápsulas de LSD encontradas no apartamento de Peticov e que não tinha mais dúvidas de que o LSD era um elemento tóxico. "Um dos seus componentes, a dietilamida (pelo decreto-lei de 31 de janeiro de 1968), foi incluído no rol dos entorpecentes", esclarece o promotor Carlos Bressola. Na opinião do promotor, o Tribunal deverá julgar o recurso enviado pelo juiz, revogando o habeas corpus. O processo será então enviado de volta ao juiz, que deverá decretar a prisão preventiva de Peticov. Até o julgamento, a polêmica continuará pelos corredores do Forum, deixando de uma forma clara que, na verdade, os desembargadores de São Paulo estarão julgando, junto com Peticov, a falta de clareza da legislação sobre tóxicos.

NEGÓCIOS

O BOICOTE
DOS
ESTIVADORES
AMERICANOS
FECHARÁ O
PÓRTO DE
NOVA YORK
AOS
NOSSOS NAVIOS



A batalha dos fretes

Os sete mares do mundo já não são domínio de heróis ou vilões de histórias maravilhosas. O Almirante Nelson e Sir Francis Drake foram substituídos por técnicos frios que defendem seus países em batalhas menos sangrentas que as da Armada Real inglesa, mas nem por isso menos violentas. Ou, como diz o comandante Sadock Mota, do Departamento de Conferências de Fretes do Lóide Brasileiro, "os piratas de hoje são muito mais vorazes e impetuosos". O mais recente episódio da nova versão dos combates marítimos ocorreu na semana passada, quando o Comitê Marítimo da AFL-CIO (principal organização sindical americana), falando em nome de 175 000 operários de sindicatos espalhados por todas as costas do país, disse que "a política de fretes do Brasil, Peru e Chile está ameaçando os empregos dos estivadores americanos". E no mesmo telegrama enviado aos ministros das Relações Exteriores e do Comércio dos EUA ameaça boicotar os navios desses países, caso suas políticas não sejam alteradas.

A 10 de março próximo, o Brasil estará em Nova York para tentar convencer os Estados Unidos a assinarem uma Conferência Interamericana de Fretes que garantirá para a bandeira brasileira pelo menos 32% do transporte de carga de subida, ou seja, as exportações brasileiras para os EUA. (As importações brasileiras são controladas por nós, já que é regra universal aceita na Marinha Mercante que o importador designe o transportador.) Como o Chile e o Peru não participam da Conferência (que é só para países do Atlântico), a ameaça de boicote tem um endereço certo: o Brasil.

Intransigência — "Os americanos estão reclamando contra uma coisa que eles sempre fizeram: muitas de suas exportações, como são financiadas pelo Eximbank, têm de ser transportadas obrigatoriamente em navios de bandeira americana", diz o comandante Sadock. Da mesma maneira, seguindo-se este raciocínio, o Brasil poderia transportar seus produtos como quisesse. Continua o comandante: "A reclamação fala, sobretudo, de produtos como o café e o cacau, sugerindo que práticas comerciais abusivas restringiram a tradicional participação de navios americanos em seu comércio. Isso não é verdade: a carga de café e cacau para os Estados Unidos é livre".

Outro argumento contra os estivadores americanos é que são eles próprios — e seus altos salários — parcialmente responsáveis pelo alto custo operacional dos navios americanos e o atual período de dificuldades por que passam. Enquanto isso, o resultado da política brasileira de fretes sobre o balanço de pagamentos tem sido excelente. As despesas com fretes estão diminuindo, representando, hoje, quase 5% das nossas exportações, contra 10% no início da década de 60. O comandante Sadock e sua friezta parecem demonstrar que a posição brasileira na Conferência Interamericana de Fretes, em março, será intransigente. (Ainda na semana passada, o governo do Chile se recusou a comentar o telegrama dos estivadores americanos.) Ele próprio dá uma amostra disso: "Basta que o boicote americano se concretize e os navios de bandeira americana passarão a ser boicotados aqui no Brasil, como já aconteceu com os de bandeira italiana, há alguns meses".

CAFÉ

Mudança no IBC?

A escolha do economista e cafeicultor mineiro Wander Batalha Lima*, 45 anos, para a diretoria de comercialização externa do IBC invadiu os setores cafeeiros com especulações sobre prováveis modificações na política governamental. Wander é economista do Itamarati, onde trabalha há vinte anos, com experiência em dezenas de acordos, reuniões e conferências internacionais sobre produtos de base. Um conhecido boletim que circula entre empresários cariocas, em comentário sobre sua ida para o IBC, chegou a afirmar que, na próxima reunião do Conselho das Organizações Internacionais do Café, a ser iniciada na primeira semana de março, o Brasil deverá tomar uma posição inteiramente nova. As idéias de Wander, consideradas por alguns como as de um "nacionalismo meio louco", são radicalmente contrárias às até aqui defendidas pelo IBC. Ele não vai renovar, por exemplo, qualquer contrato referente às operações adicionais (especiais). Tem opiniões já formadas sobre manutenção de preços no mercado externo — acha que o Brasil não deve mantê-los em níveis elevados e, sim, fazer como a Colômbia: aumentar o confisco para forçar a baixa.

Os acordos — O trabalho principal de Carlos Alberto de Andrade Pinto, o antecessor de Wander, foi a criação dos chamados "acordos especiais" com os maiores torradores de café de diversos países. Essas compras antecipadas eram uma prática já adotada pelos concorrentes do Brasil, que "não poderia", segundo os defensores desse sistema, "permanecer estático". Com as vendas antecipadas, uma parcela ponderável dos contingentes anuais a exportar fica previamente colocada, com o objetivo de minimizar a concorrência e permitir que a programação de vendas do restante se processe de maneira adequada, pelo fato de se contar com prazo igual para vender menor quantidade. Um exemplo, porém, do que pode acontecer com o sistema de "operações especiais" ocorre agora, quando o IBC está sendo obrigado a dar explicações a uma missão polonesa sobre as razões que levaram o Brasil a suspender a remessa de café do tipo 2-3, considerado o mais fino produzido em nosso país. Segundo o acordo, o Brasil teria de fornecer a 36 dólares a saca. Como as oscilações do mercado internacional acabaram levando o preço da saca para mais de 70 dó-

* Na edição anterior, por um lapso, Wander Batalha foi chamado de Wander Barata.

lares, os produtores brasileiros se estão recusando a entregar o café ao IBC, sob a alegação de que estariam perdendo dinheiro.

Diretoria — A posição de alguns dos defensores das "operações especiais" em relação ao Acôrdio Internacional do Café era a de que nós sempre fomos uma espécie de Dom Quixote. Enquanto cada produtor burlava as normas do Acôrdio, nós nos limitávamos a protestar. Os setores contrários às operações dizem que o sistema foi responsável pela formação de um acôrdio paralelo ao Acôrdio Internacional do Café, pondo em risco a participação do Brasil numa organização que, bem ou mal, tem funcionado em defesa da estabilização de nossa receita cambial. Wander não quer dar declarações à imprensa, alegando não ter ainda tomado posse, mas desautoriza qualquer especulação sobre sua posição em torno das "operações especiais". Primeiro, porque não viu ainda nenhum contrato de "operações especiais". Segundo, qualquer definição do IBC sobre o problema será tomada em nível de diretoria. ○

Cartas marcadas

Os produtores e consumidores de café vão-se reunir, mais uma vez, em março, no Conselho da Organização Internacional do Café. O que estará em jogo: os preços do café vão subir, permanecem como estão, ou baixam? Até as geadas do ano passado, os preços estavam em declínio. Com a perspectiva da escassez, os consumidores estocaram. Houve, então, a procura violenta e a conseqüente elevação dos preços. Criou-se, como era natural, uma euforia entre os produtores, inclusive os brasileiros. A partir de julho, com as geadas, as altas foram constantes, até que no último janeiro, na reunião de Boca Ratón, na Flórida, a National Coffee Association anunciou que o tema central da convenção seria o futuro Acôrdio Internacional do Café, insinuando que a ratificação pelo Congresso dos EUA estava ameaçada por uma alta artificial provocada pelo Brasil. O comércio americano, quase simultaneamente, sugeriu a convocação do Conselho da OIC. O Brasil não tomou conhecimento da sugestão e o presidente do IBC, Jaime Miranda, disse que não estimulamos qualquer especulação e conhecemos os resultados danosos da depressão que segue uma alta artificial.

O aliado — Os consumidores conseguiram convocar a reunião, mas o nosso governo não enviou emissário de alto nível. Como manobra inevitável nesse tipo de debates, o Brasil agora parece estar jogando de cartas marcadas com a Colômbia, nossa tradicional aliada,

também produtora. Criamos todos os obstáculos à reunião e a Colômbia se oferece como mediadora na discussão entre produtores e consumidores. A manobra tem como objetivo aparente conseguir o adiamento de uma solução definitiva. Mas, enquanto os consumidores estão unidos, entre os produtores só o Brasil e a Colômbia parecem ter posições semelhantes. E o impasse se define assim: os países produtores se opõem à colocação de café suplementar no mercado além do máximo de 52 milhões de sacas fixado para este ano. Os consumidores alegam que sem essa suplementação os preços continuarão a subir e pedem, ainda, um aumento na cota de 3 a 4 milhões de sacas fixadas pela OIC. Os produtores acham que já fixaram concessões demais. Cabe a pergunta: o Brasil conseguirá sustentar sua posição? ○



Os postos da Ipiranga são os pioneiros do ramo

PONTO DE VENDA

A fácil pescaria

A bola acaba de sair pela linha de fundo, no jogo entre o Internacional e a Seleção da Romênia, no Beira-Rio, em Pôrto Alegre. O inevitável vai acontecer, como em qualquer outra transmissão radiofônica — um comercial. Só que, desta vez, os ouvintes da Rádio Guaíba, há dez anos acostumados aos anúncios de uma mesma companhia refinadora e distribuidora de petróleo — a Ipiranga —, foram surpreendidos por uma pergunta estranha: "Você já levou peixe Ipiranga para casa?" A associação de petróleo com peixe — dois produtos aparentemente tão incompatíveis quanto se disputar um campeonato de tênis de mesa no gramado do Beira-Rio — não deixa de ser inusitada. Mais ainda, porém, é vender peixe em carrocinhas de tipo Kibon e em postos de gasolina. Pois esta é a experiência da Isapeixe,

que nasceu com o programa de incentivos fiscais do governo e é o primeiro empreendimento do ramo totalmente realizado na área da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). O grupo Ipiranga, fundado em 1938, descendente da Destiladora Rio-grandense de Petróleo, a primeira do Brasil, controla a Refinaria Ipiranga, uma fábrica de adubos, duas organizações hoteleiras e uma fábrica de fertilizantes. Todo o complexo está sediado em Rio Grande, único pôrto marítimo do Rio Grande do Sul. Com a política de incentivos fiscais, a Ipiranga resolveu aproveitar a experiência com o pescado de uma firma local — Leal Santos S.A., associada a Isapeixe — e a sua própria máquina de vendas: os postos de gasolina espalhados pelo Rio Grande do Sul. Desde sua inauguração, cinquenta dias atrás,

a Isapeixe começou a produzir 50 toneladas de peixe de 10 tipos diferentes. No fim do ano os pequenos congeladores financiados pela própria Ipiranga aos donos de postos, açougues e supermercados começaram a vender o peixe transportado de Rio Grande por caminhões frigoríficos e distribuídos em Kombi equipadas com "containers" de modelo alemão. Nos vinte primeiros dias, os pôrto-alegrenses consumiram 20 toneladas de peixe con-

gelado, sendo que um único pôrto vendeu 120 quilos nas primeiras 24 horas. "O engraçado", diz o proprietário, "é que apesar de estarmos localizados numa zona de gente rica (bairro Auxiliadora) mais da metade do peixe foi comprado por operários moradores deste casario aí em cima (barracão de madeira da zona de Mont Serrat), que desembarcam do ônibus aqui em frente. Nos sábados meu estoque de 20 quilos esgota em uma hora." O maior problema da Isapeixe foi criar uma "rede de frio" eficiente. Para não perder as qualidades nutritivas e o sabor, o peixe pode ser conservado durante uma semana a uma temperatura que oscila, no máximo, entre 25 e 18 graus negativos. A solução foi desenvolver uma rede tão grande que o peixe fique o menor tempo possível nos congeladores pequenos dos postos, que têm capacidade para apenas 20 quilos.

Assim, para cada zona de consumo existem diversos postos distribuidores que vendem pequenas quantidades, sem-

ASSIS HOFFMAN

pre repostas pelo serviço rápido das Kombis. Os peixes vendidos vão desde a corvina eviscerada (inteira e limpa), que custa NCr\$ 1,20, embalada em papelão e plástico, com 1/2 quilo, até o filé de linguado de NCr\$ 3,00, em pacote de 1/2 quilo. Agora, no verão, quando 200 000 pôrto-alegrenses abandonam a capital em direção ao litoral, a Isapeixe está estendendo sua distribuição às cidades maiores da faixa litorânea. "Esta medida", diz o publicitário Sérgio Rosa, da agência MPM, que tem a conta Ipiranga, "quer atender à demanda, por exemplo, do motorista de um Volkswagen que em Tramandaí, no domingo passado, chegou a um pôsto Ipiranga próximo à aldeia de pescadores da cidade e, com um sorriso amarelo, perguntou: 'Olha, não é brincadeira, mas tem peixe aí?'"

ca-pilôto para produzir 10 toneladas por mês. As jazidas da região da Zona da Mata mineira, onde fica Ipatinga, avaliadas em 21 milhões de toneladas de minério, com teor de 2% de níquel, possuem material semelhante ao das jazidas cubanas (são das maiores do mundo). Cuba trata o seu minério com amônia; a Policarbono vai usar ácido sulfúrico — que ela mesma fabrica — para beneficiar o minério brasileiro, o que diminui sensivelmente os custos. Durante cinco anos, ela trabalhou nesse projeto. "As pesquisas demoraram tanto porque não recebemos nenhum apoio do governo, diz Arnaldo de Freitas Caldeira, 32 anos, diretor da empresa. "O BNDE negou-nos um empréstimo, alegando que não tínhamos capacidade para extrair o níquel." Os técnicos do BNDE respondem: "O financiamento

referia-se à pesquisa tecnológica e só foi suspenso porque a empresa não enviou os resultados das pesquisas de laboratório que o BNDE solicitou, por carta, em abril de 1968". Dentro de um ano, se conseguir financiamento para equipar a jazida, a Policarbono poderá produzir 1 000 toneladas de níquel, mais da metade do nosso consumo atual, 1 765 toneladas por ano. As perspectivas, para os produtores mundiais, apesar da crise, são boas. A

Inco, que produz 200 000 toneladas por ano, passará a 440 000 em cinco anos, investindo 700 milhões de dólares no Canadá e 500 milhões na Indonésia. As reservas estratégicas americanas (da ordem de 160 000 toneladas) deverão aumentar em função dos programas espaciais, aeronáuticos, da indústria do aço e da guerra do Vietnam: o foguete que leva a Apollo necessita de 10 a 12 toneladas de níquel; o Boeing 747 consome 5; os aços inoxidáveis e os revestimentos de peças metálicas de armas não dispensam o metal. O Brasil, reforçado pela produção da Policarbono, poderá exportar seus excedentes, entrando num mercado que colocou o níquel como vedete, fazendo seus preços subirem 700% em cinco meses. Concorrendo com a URSS, que tirou parte dos seus excedentes do mercado livre para forçar um aumento de preços, ou com Cuba, que não ganhou mais dólares por estar mal aparelhada, o Brasil terá chances de obter novas divisas ou uma reserva estratégica de valor.

AÇÚCAR

O destino do IAA

Chega ao fim a longa novela da escolha do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Ao nomear o General Tavares Carmo, da reserva, o presidente Medici repetiu uma fórmula que vem caracterizando os cem dias de seu governo — em caso de interesses em choque, êle decide acima da controvérsia: pela primeira vez na história do IAA, seu presidente não será nem usineiro nem exportador. Incluído entre os intelectuais do Exército, Carmo pediu transferência para a reserva quando foi preterido na promoção a general-de-exército. Na ocasião, recebeu apelos do Presidente Costa e Silva e do chefe do Estado-Maior, Adalberto Pereira dos Santos, com quem trabalhava, para mudar de idéia. Não mudou.

Quarenta horas antes da divulgação de seu nome, em plena terça-feira de carnaval, êle começava a requisitar técnicos e material para estudar os problemas do açúcar e do álcool. Logo nesse primeiro contato, o General Carmo deve ter feito a mesma pergunta que vários especialistas vêm fazendo: o IAA está morrendo? O primeiro grande golpe no órgão que há anos dispunha de força política só comparável, hoje, à do IBC, foi no governo Costa e Silva, quando o ministro do Interior, Albuquerque Lima, fundou o Grupo Executivo da Reforma Agrária no Nordeste e retirou 60% da receita do IAA. Mas, antes mesmo desse esvaziamento, o Instituto já perdera muito prestígio pela incapacidade de promover aquela que era sua tarefa básica: a renovação da agro-indústria canavieira do país, sobretudo no nordeste, que sobreviveu ao longo dos anos graças aos preços elevados fixados pelo Instituto, que não lhe exigia, em contrapartida, esforços de modernização. Ao perder seus recursos para o GERAN, o IAA teve suas falhas acentuadas. É um órgão cansado, usando os mesmos métodos de quarenta anos atrás, quando foi criado o estatuto da lavoura canavieira. Dizem os especialistas que o passo fundamental é transformá-lo em uma empresa que cumpra suas obrigações teóricas — atender ao consumidor e ao usineiro e não apenas ao usineiro, como tem acontecido nas últimas administrações. Mais precisamente, acredita-se que existam, hoje, três soluções: a primeira, mais cômoda e praticamente inviável, é manter o IAA como está; a segunda, transformá-lo numa empresa que garanta ao Estado o monopólio da distribuição e da formulação da política açucareira; e, por fim, extingui-lo, pura e simplesmente, distribuindo suas atribuições aos ministérios especializados.



Caldeira com uma amostra de minério de níquel

NÍQUEL

Mercado que atrai

No mês que vem, o mundo começará a vencer a crise do níquel provocada pela greve dos mineiros da International Nickel Company (Inco), do Canadá, o maior produtor do mundo. De julho a novembro, 20 500 trabalhadores da Inco e da Falconbridge Nickel Mines, também do Canadá, entraram em greve e puseram em risco as reservas estratégicas dos EUA, desequilibraram o mercado europeu e alcançaram até os pequenos consumidores brasileiros, que chegaram a pagar 110 cruzeiros novos por 1 quilo de níquel que normalmente custaria 30. Quase ao mesmo tempo em que terminava a greve, o Brasil dava os primeiros passos para a exploração do minério de níquel por um novo processo. Em Ipatinga (MG), a Policarbono Indústrias Químicas S.A. colocava em funcionamento comercial uma fábrica



É possível saber quem sonega, e quanto sonega, sem sair do Ministério. O equipamento eletrônico auxilia

O CÊRCO SEM VIOLÊNCIA

ATÉ ONDE VAI A MÃO INVISÍVEL DO FISCO?

Quem se espanta com o cerco que o imposto de renda aponta desde 1968 não sabe que a sonegação cresceu mesmo depois de 1964. Em 1967, somente 240 000 pessoas pagaram o imposto, ou 50% a menos que em 1958 — isto é, dez anos antes —, como se o processo brasileiro de industrialização, nesse período, não tivesse representado emprego e rendas maiores para milhares de pessoas. Para as empresas, a tendência também era de queda: 245 000 pagaram o imposto em 1967, contra 250 000 em 1958. Esses dados alarmantes levaram a atual Secretaria da Receita Federal a lançar, em fins de 1967, a Operação Justiça Fiscal. Mas a máquina atual, montada pelas autoridades fiscais, começou a mostrar seu vigor em 1969, logo nos primeiros meses, quando, súbitamente, cerca de 600 000 brasileiros, de médicos a fazendeiros, de empresários a advogados, começaram a receber, em sua casa, intimações do Fisco — porque não vinham apresentando declarações nos últimos anos. Os intimados, atingidos pela Operação Arrastão (pessoas físicas), logo perceberam que o Fisco controlava as suas atividades melhor do que eles próprios: o risco da sonegação tornava-se grande demais. “É pena”, comentam técnicos, “mas uma verdadeira consciência cívica, que é também consciência do dever de pagar imposto, inclusive para ganhar direitos, é sempre precedida pela consciência do medo de um Fisco bem organizado e sem complacências.” Em 1969, 4,3 milhões de pessoas prestaram declarações: 1,3 milhão a mais que as previsões do governo. Passado o choque de 1969, surgem algumas dúvidas sobre o avanço real da máquina fiscal. Os céticos, entre sorrisos marotos, relembram que sua própria declaração de 1969 está cheia de imperfeições e descontos indevidos, e foi aceita. Também, alegam, “com 4,3 milhões somente de pessoas físicas, como é que a fiscalização vai descobrir que soneguei? Não me digam que há capacidade para conferir declaração por declaração. E mesmo que assim fôsse, como iria ela descobrir os dólares que

tenho enfiados, as ações que mantenho no cofre, as casas de aluguel não declaradas? Ou verificar que não gastei realmente tanto com médico ou com instrução; ou não tenho os dependentes que informei, para reduzir minha renda e o imposto?” Quem se fia nesse raciocínio vai-se dar mal: neste começo de ano, por exemplo, 200 000 moradores da Guanabara estão sendo atingidos por nova Operação Arrastão, até mesmo — novo requinte — por apresentarem declarações inexatas em 1969 (veja o quadro sobre sonegação na página 35). Se a fiscalização estivesse sendo feita como há três anos, os sonegadores poderiam ficar tranquilos. “Do jeito que a coisa ia, realmente seria preciso haver um fiscal para cada contribuinte”, admite Ivã Tavares, 29 anos, há seis anos no Ministério da Fazenda e coordenador do setor de Programação da Fiscalização das Pessoas Físicas. “Hoje, porém, podemos saber se uma empresa, um profissional liberal ou um assalariado estão sonegando, e quanto estão sonegando, sem sair de dentro do Ministério da Fazenda.” Não há exagero na afirmativa: o brasileiro está longe de imaginar o avanço que a máquina fiscal conseguiu nos dois últimos anos, graças ao emprego de métodos científicos e integrados no planejamento de sua ação. Uma explicação simplista tem dificultado a compreensão do avanço: acredita-se, sempre, que é “o computador que acusa os sonegadores”. Realmente, hoje, o Serpro — Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda, já possui nove computadores, além de 290 outras unidades auxiliares. Mas o sistema de computadores é apenas a peça final de toda uma engrenagem, limitado à função de fazer comparações e cálculos a alta velocidade, na elaboração de estudos e pesquisas sobre política de impostos — e não apenas na identificação direta de sonegadores. Para alimentá-lo, porém, a enorme máquina tributária trabalha em todo o país. Há 15 000 funcionários da Secretaria da Receita Federal espalhados em 10 superintendências regionais, 19 inspetorias, 59 agências e 642 postos,

empenhados no combate à sonegação e no levantamento de dados que permitem atualizar a política de impostos no Brasil. A filosofia básica do diretor da Secretaria da Receita Federal, Amílcar de Oliveira Lima, um cearense de quarenta anos, não é arrecadar para encher os cofres da União. Houve mudança total de atitude no Fisco brasileiro: quer-se aumentar o número de contribuintes e ter dados sobre eles não apenas para evitar a sonegação, mas também para reduzir os próprios impostos (as leis de praticamente todos os impostos da União estão sendo revistas). Para haver maior justiça, evitando-se que os assalariados sofram pesadas taxações e grandes fortunas nada paguem: a máquina se preocupa, por exemplo, em estudar a concentração de renda no Brasil, como etapa preliminar para adotar uma política de impostos que corrija as distorções. Ela reconhece, também, que muitos setores enfrentam crises porque a sua carga de impostos — que outros setores mais prósperos podem suportar — deveria ser reduzida proporcionalmente à sua capacidade de pagar. Cuida-se, em resumo, de usar os impostos como armas de desenvolvimento, estimulando a economia e realizando a função de distribuir melhor as rendas. Guy de Oliveira Lima, da Aespa — Assessoria de Estudos, Planejamento e Avaliação, diz que a política atual tem “um objetivo econômico-social, em vez de fiscalista — meramente arrecadador — do problema dos impostos”. O cerco ficará cada vez mais apertado, mas a intenção não é sufocar o contribuinte e sim, a longo prazo, melhorar sua situação. O que dependerá também dele, contribuinte: quanto maior o número de pessoas a prestarem suas declarações com exatidão, tanto mais cedo a Secretaria terá em mãos os dados de que precisa para estabelecer uma política justa de impostos no país.

Nas origens — Nunca houve nada mais sério no Brasil que as anedotas sobre o desespero de contribuintes que tentavam localizar processos dentro de repartições públicas. Quando a nova direção da Se-

cretaria da Receita assumiu, em 1967, encontrou 500 000 processos empilhados no arquivo do Ministério da Fazenda. Não tinham qualquer serventia, porque a maioria deles não fôra fichada, e era impossível localizá-los ou consultá-los. Razão da falta de fichas: falta de datilógrafas no arquivo. A desagregação da máquina fazendária brasileira, que poderia ser ilustrada por dezenas de exemplos como êsses, produzia distorções crescentes na política de impostos, com poucos pagando muito e muitos pagando nada. As tentativas de dar-lhe novos rumos foram sempre frustradas, às vezes por problemas gerais do país, quase sempre pela reação de grupos que, com a reforma, teriam seus interesses prejudicados. De 1940 até 1967, o Ministério da Fazenda foi objeto de dezessete tentativas de reforma, tôdas frustradas. Os problemas se tornavam evidentes na área de instalações e equipamentos: o próprio edifício-sede, construído em 1943, com um movimento diário de 40 000 pessoas, além de 7 000 funcionários, não recebeu nunca uma revisão funcional ou estrutural, com redistribuição de seções, redivisão de salas e providências semelhantes (está em reforma total). Mas o mais grave se passava na área de recursos de pessoal. Segundo o Plangef — Plano Geral de Fiscalização de Impostos para 1969/71, entre 15 000 funcionários da Secretaria da Receita, havia apenas 21 técnicos, incluindo-se estatísticos. Do total, 4 800 exerciam atividades de fiscalização e 2 700 outros estavam ligados a seus quadros, distribuindo-se os demais 50% por tôdas as outras áreas do Ministério. A concentração nas carreiras fiscais e o desaparecimento do Ministério davam a diretriz da máquina fazendária no Brasil: o problema todo era arrecadar, através de pressões esporádicas da fiscalização ou de novas cargas contra os que já eram contribuintes, como ocorria com os "adicionais", empréstimos compulsórios e semelhantes, criados mesmo depois de 1964.

O jeitinho — Pressionado por aumentos de impostos sempre que a União precisava de mais dinheiro, visitado apenas esporadicamente por fiscais, o contribuinte brasileiro conseguiu refugiar-se na sonegação. A mentalidade de não pagar impostos, ou pagar menos que o devido, foi alimentada pelo próprio governo: o contribuinte acostumou-se a esperar por uma "leizinha" ou "decretozinho" para perdoar ou facilitar o pagamento de impostos que não recolhera. E o período posterior a 1964 foi o mais marcado por essa distorção (talvez porque a política de combate à inflação, em certas épocas, colocasse as empresas em dificuldades, impedindo-as de saldar seus compromissos com o Fisco). A média de leis nesse sentido foi de apenas uma, no quadriênio 1940/44; chegou a quatro, em 1960/64;

e pulou para quinze em 1965/68. As concessões tinham um duplo efeito negativo: de um lado, estimulavam os sonegadores habituais, sempre à espera de um perdão posterior; de outro, provocavam o desânimo naqueles contribuintes que pagavam pontualmente e depois viam os sonegadores recompensados pelo seu comportamento irregular. O desestímulo



Tavares: milhares de sonegadores na mira



Guy: arrecadar não é a preocupação maior



Schuller: distribuição de impostos mais justa

ao contribuinte e o agravamento da tendência à sonegação provinham ainda dos sucessivos remendos na legislação, resultantes da própria desorientação com que o Fisco legislava: de 1930 a 1964 foram feitas 631 leis sobre impostos no Brasil; de 1965 a 1968, elas chegaram a 302. Ou quase a metade, num espaço de tempo onze vezes menor.

O improviso — Nesse caso, de quem cobrar? Como saber se as empresas de um setor estavam realmente em difi-

culdades e precisavam, ao menos, de adiamento de impostos? Como verificar se as vantagens dadas a um determinado ramo industrial interessam realmente ao crescimento do país? "A Fazenda se encontrava desprovida de estudos e pesquisas sistemáticas sobre o funcionamento da economia e da sociedade brasileira. Redução de alíquotas, restituição de impostos, isenção, dispensa de multas e outros fenômenos tributários vinham sendo tratamento aleatório, assistemático. As decisões de cúpula se baseavam quase sempre na tradição, em opiniões individuais ou estudos isolados" — diz o Plangef. Daí surgirem distorções. O imposto de renda, por exemplo, é considerado o mais justo dos tributos porque — teoricamente — é pago em maior escala por quem tem rendimentos maiores (quem ganha 6 000 líquidos ao ano paga 5%; quem recebe 12 000 paga 12%). Já os demais impostos, cobrados na venda de mercadorias, atingem igualmente os consumidores de rendas diferentes: na venda de uma cadeira, por exemplo, um imposto de 18% será cobrado tanto do comprador que ganha salário mínimo quanto daquele que recebe milhões. Assim, por ser justo, o ideal é que o imposto de renda responda por uma parcela cada vez maior da arrecadação do governo e caia a participação dos impostos indiretos, os "injustos". No Brasil ocorreu o inverso: o imposto de renda representava 31,2% da arrecadação total em 1958 e caiu para apenas 25,7% em 1968. Pior ainda: mesmo dentro da cobrança do próprio imposto de renda, agravaram-se as injustiças, segundo o Plangef: "pequena participação de pessoas físicas através de declarações (sonegação elevada, portanto), contra "utilização em grau elevado da retenção na fonte como meio de cobrança do imposto" (ou carga exagerada sobre o assalariado); "tumultuamento no regime de tributação na fonte, devido a falta de tratamento metodizado e empirismo na fixação das alíquotas" (isto é, reconhecimento de que as "taxas" não foram fixadas por critérios que façam os assalariados de menores rendas pagarem menos que os de vencimentos altos).

A grande batalha — Não foi por falta de inimigos que a reforma fazendária iniciada em 1967 não teve o mesmo destino das dezessete tentativas anteriores. A implantação de nova mentalidade, com menos relêvo à fiscalização, provocou sérias resistências, retratadas inclusive em campanhas através da imprensa às vezes lideradas por políticos clientelista eleitoral nos setores prejudicados. Além do apoio do então Presidente Costa e Silva, a reforma manteve-se graças à habilidade política de seus planejadores, que, em lugar de atemorizar os contribuintes, procuraram — como procuram até agora — conquistar-lhes

a confiança e promover o que denominam "integração fisco-contribuinte", e que pode ser assim definida: "paguem, que estamos estudando seus problemas com simpatia". O próprio nome da primeira operação — "Justiça Fiscal" — revela a preocupação em obter apoio popular. Apesar de oposições latentes até hoje, o país conseguiu implantar, pela primeira vez, uma política global. Ou, como explica Ivã Tavares: "Uma reforma baseada em três linhas mestras: tecnologia fiscal, com sistematização de dados e seu processamento por computadores, para permitir a fiscalização a distância; seleção de contribuintes a fiscalizar, para concentração de esforços, e rendimento maior da máquina de fiscalização; atenção ao problema tributário, isto é, a toda a estrutura da política de impostos, para aperfeiçoá-la".

Picuinhas — Para sonegar imposto de renda, um comerciante terá que declarar menores vendas — e estará, portanto, sonegando também o imposto sobre produtos industrializados. No entanto, se descoberto na fraude pelos fiscais do Imposto de Renda, ele poderia permanecer tranqüilo quanto aos demais impostos: não havia nenhuma comunicação entre os quatro departamentos que cuidavam dos diversos impostos da União. Eram órgãos totalmente separados — e muitas vezes com rivalidade entre si. Com a reforma da máquina fiscal, através da criação da Secretaria da Receita Federal, a fiscalização é unificada e totalmente planejada. Quando um fiscal vai a uma empresa ou é destacado para uma operação especial num setor, sabe, com antecedência, da existência de fraudes, de sua extensão aproximada, formas prováveis. Tudo o que ele tem que fazer é reunir provas para positar a sonegação.

Sherloques, não — Não há nenhuma mágica, e sim técnica no sistema. A Secretaria separou nitidamente três áreas, que no entanto se complementam: a



Roberto Bocaccio (CIEF), Artur Antônio Leite de Souza (coordenador do Sistema de Arrecadação), Haroldo Braga Lobo (coordenador do Sistema de Fiscalização), Waldyr de Amorim (coordenador do Sistema de Tributação) e, ainda, Harry Schuller (chefe da Divisão de Programação de Fiscalização).

Arrecadação, a Fiscalização e a Tributação. Toda a máquina fiscal é hoje alimentada por dados estatísticos respeitáveis, fornecidos pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais, órgão de sustentação das outras três áreas. Sistemáticamente, o CIEF analisa, por exemplo, a receita dos diversos impostos e sua evolução; a seguir, compara o crescimento da arrecadação de cada setor e ainda o crescimento do setor com o crescimento da economia (dados do IBGE ou dos órgãos de planejamento estaduais e regionais). A comparação pode revelar que a arrecadação no setor de cimento, por exemplo, está crescendo menos que nos demais. Teria havido queda nas vendas? Não. Outra análise mostra que a produção de cimento tem de ter crescido, porque houve expansão da indústria de construção e dos planos de obras públicas, que o consomem. Todas essas análises e dados são encaminhados ao setor de Arrecadação, incumbido de acompanhar a marcha do recolhimento

dos impostos. Diante dos dados, a Arrecadação se pergunta: há crise no setor ou aumento da sonegação? Os dados do CIEF, que mostram o avanço no consumo, indicam não haver crise: logo, há sonegação. A arrecadação dirige-se então à Fiscalização e solicita que ela prepare uma "operação especial" para o setor. Agora é a vez de a Fiscalização dirigir-se ao CIEF, em busca de dados que já mostram, aproximadamente, qual o nível de sonegação provável (o esquema é semelhante ao adotado para pessoas físicas, descrito no quadro sobre sonegação). Com todos esses dados, os fiscais se põem a campo, para investigar a escrita da empresa, suas contas bancárias, etc., de modo a comprovar a fraude, para poder aplicar as penalidades. Além dessas operações especiais, a divisão de Fiscalização, sempre de acordo com a Arrecadação e com o apoio do CIEF, programa uma série de operações periódicas, a serem realizadas no transcorrer do ano, com preferência para os setores já estudados pelo CIEF, e com um nível de sonegação já medido antecipadamente, portanto. Em qualquer caso, a programação de operações deve ser aprovada pela Aespa — Assessoria de Estudos, Planejamento e Avaliação, órgão coordenador da Secretaria, e pelo secretário-geral.

Nenhuma brecha — De qualquer forma, a etapa final não exclui a interferência do fiscal, e isso significa visitas a dezenas de milhares de empresas ou profissionais — é o que pode argumentar finalmente o contribuinte cético. Mas se engana. As pessoas físicas para as quais se apuram fraudes (veja o quadro sobre sonegação) são intimadas a comparecer à Secretaria da Receita e a pagar o imposto devido, se não tiverem condições de provar a

EM 1967, A QUEDA QUE ASSUSTOU

Declarações de imposto de renda no Brasil

Ano	Pessoa física	Empresas
1958	800 000	285 000
1960	840 000	380 000
1962	510 000	430 000
1964	1 340 000	480 000
1966	530 000	320 000
1967	470 000	320 000
1969	4 230 000	370 000

Os sonegadores contra a parede

Seguro, o gerente da fábrica de cerveja recebe a visita do fiscal. Logo ao primeiro minuto de diálogo começa a perder a segurança. O visitante lhe comunica, com incrível precisão, que suas vendas no mês anterior foram de 500 000 garrafas, e não 400 000, como declarara em seu movimento, para fins de pagamento de impostos. De onde veio a informação? — é a pergunta que o gerente se faz, enquanto tenta recuperar a serenidade. Até agora, não recebeu a visita de nenhum fiscal, seus livros não haviam sido examinados, nenhuma informação lhe fora solicitada. Como, então, a descoberta? Para o médico da Zona Sul do Rio, a surpresa não é menor: pelo correio recebe um envelope da Secretaria da Receita Federal. Dentro dele, um cartão impresso, saído de um computador, lacônico mas inquietante. O Fisco não aceitava sua declaração de rendimentos de 1969: ele não ganhara apenas 40 000 cruzeiros novos, mas algo em torno dos 70 000. Por isso, era considerado "sub-declarante" e intimado a comparecer à Secretaria da Receita, para pagar a diferença de impostos sobre a parte omitida. E a surpresa aumenta: em um espaço lateral do cartão, uma relação de bens que ele não declarara — o segundo carro de luxo, para uso de sua mulher; a casa de Petrópolis; o terreno na Barra da Tijuca; o título do Country Club. Como o Fisco pode chegar a esses resultados? Uma hipotética "Operação Bacharel" descreve os lances principais das investigações para identificar os contribuintes individuais que sonegam.

A INFRAÇÃO — Em começos de 1969, dois advogados tomam diferentes decisões em relação ao imposto de renda. O primeiro resolve apresentar sua declaração, mas reduz sua renda de 9 000 para 4 000 mensais, e oculta alguns bens. O segundo continua não acreditando na eficiência do Fisco e simplesmente não faz declaração. Passam-se alguns meses, ambos acreditam ter praticado o crime perfeito. Nenhum deles foi incomodado. Um começa a pagar seu imposto normalmente, o outro se orgulha da esperteza.

A LEI — Mas a nova máquina fazendária tem estudos programados sobre todas as profissões. Um dia chega a vez de analisar o comportamento da classe dos advogados. A arrecadação pede ao Centro de Informações Econômico-Fiscais uma análise do comportamento da classe nos últimos anos, em relação ao paga-

mento de imposto de renda. O CIEF, meticoloso ao extremo, começa a coleta de dados.

PRIMEIRA PISTA — Que informações o CIEF busca? Estas: quantos advogados pagaram o imposto nos últimos cinco anos? Esse crescimento foi proporcional ao aumento do número de advogados no Brasil? Quanto, em média, cada advogado pagava há cinco anos e quanto está



Microfilmagem: mais dados para a vigilância sobre os contribuintes

pagando agora? Esse crescimento é proporcional à desvalorização do cruzeiro? E ainda: o imposto de renda pago pelos advogados cresceu na mesma proporção que o de outros profissionais liberais? O CIEF insiste em levantar todos esses dados, porque agora, em matéria de Fisco, todos os trabalhos obedecem a um critério científico de reunir o máximo de informações e não deixar nenhuma pista de lado. Na verdade, no caso atual, a insistência nem seria necessária: logo de início, no levantamento do número de contribuintes, se descobre que apenas 48 000 advogados contribuíram para o imposto de renda em 1968. O que é decididamente pouco, num país de bacharéis: um número muito próximo do número de compositores e artistas contribuintes, que não parecem ser tão numerosos no Brasil. Mas o CIEF é meticoloso. Responde a todas aquelas indagações iniciais e encaminha o dossiê à Arrecadação. Pelo confronto de dados, a Arrecadação conclui haver sonegação

na classe, em escala elevada. Pede à Programação da Fiscalização que prepare uma "Operação Bacharel", a ser desencadeada daí a um mês. Mas novas pistas que permitam fechar rapidamente o cerco em torno dos infratores, são buscadas. O CIEF vai à Ordem dos Advogados e obtém uma relação de todos os seus associados. Acostumado a essas investigações, reúne ainda outros dados que, já sabe, a Fiscalização lhe vai pedir para poder localizar os infratores. Esses dados são tecnicamente chamados de "parâmetros sócio-econômicos" e "ativos exteriores de riqueza". O que seriam exatamente? Os técnicos do CIEF, em suas pesquisas, conseguem descobrir o tipo de vida — retratado pelo nível

gastos — um profissional pode levar conforme sua renda cresce. Quem, por exemplo, possui uma casa no valor de 150 milhões, dois carros de luxo, mais tem dois filhos em colégios finos, não pode ter renda mensal inferior a 9 milhões. Assim, a partir daqueles hábitos padrão, os investigadores do CIEF podem estabelecer uma renda "presumível". A partir daí, todas as vezes que encontrarem um contribuinte dentro daqueles hábitos — ou "parâmetros" — podem "adivinhar" sua renda.

MAIS PISTAS — Mas se o contribuinte como o primeiro advogado, omite alguns de seus bens, ou, como o segundo, decide apresentar declaração, como identificar a sonegação e estabelecer sua renda presumível, para lançar o imposto? O CIEF já reuniu outras pistas, válidas para todas as profissões. Nos cartões (ou secretarias da Fazenda) obteve a relação de donos de imóveis. No Departamento de Trânsito, a dos proprietários

de veículos. No Banco Central, o nome das pessoas que viajaram para o exterior em anos anteriores. Em clubes da alta sociedade, a lista dos associados. E assim por diante.

EM AÇÃO — Agora, Arrecadação e Fiscalização podem entrar em ação. Tudo ficou simples como o apertar um botão — e é apenas este o esforço que falta para identificar os infratores. Nos computadores do Serpro, tôdas as informações, ou pistas, estão armazenadas na memória, através de fitas perfuradas. No caso da "Operação Bacharel", duas novas pistas serão lançadas: a relação dos advogados, fornecida pela Ordem, e a relação de contribuintes do Estado da Guanabara.

Acionado, o computador, a alta velocidade, vai comparar todos os nomes e todos os dados. Ao chegar ao nome do advogado que reduziu sua renda ao fazer a declaração, êle juntará tôdas as pistas: o contribuinte tem outros bens que não declarou e, pelo valor desses bens, sua renda mensal deve ser de 9 000 e não 4 000: tôdas essas informações (os bens, a renda presumível e o impôsto) constarão do cartão. Quanto ao outro advogado, o computador vai mostrar que êle nem mesmo entrou na lista dos contribuintes e, da mesma forma, indicará seus bens, renda presumível e impôsto a pagar. Os cartões de intimação serão enviados aos infratores (uma duplicata ficará de posse da Fiscalização). Está encerrada a parte de investigação da "Operação Bacharel", dentro do sistema de fiscalização a distância.

O OUTRO CASO — E em relação a empresas, como no exemplo da cervejaria, qual o curso das investigações? A coleta de dados sobre a classe se transformaria em coleta de dados sobre o setor; o confronto entre classes, igualmente, seria entre setores — isto, apenas na primeira etapa.

Verificado que a empresa não está acompanhando a tendência de outras empresas do setor, isto é, seu recolhimento de

impostos é menor que o de suas concorrentes, a máquina parte para verificar se ela está enfrentando problemas ou "escondendo" parte de sua produção. Ai, já não entra o computador, mas critérios semelhantes aos "parâmetros" usados para pessoas físicas. O CIEF fornece, como pistas à Fiscalização, cálculos de consumo de matéria-prima. Por exemplo: o CIEF sabe que para produzir cem garrafas de cerveja são precisos — hipoteticamente — 500 quilos de malte. O fiscal procura os fornecedores da cervejaria e verifica o volume de suas compras dessa matéria-prima: depois, é só calcular quantas garrafas de cerveja ela produziu com êsse malte. O critério e a elaboração desses cálculos são válidos para qualquer tipo de empresa. Às vezes, a investigação se simplifica: uma indústria de bicicletas, por exemplo, pode ser "denunciada" pelo número de campanhas que tenha encomendado a um fornecedor, durante um determinado período.

TODOS OS CASOS — Com o acúmulo sistemático de dados e pistas, o Fisco brasileiro já conseguiu fazer uma listagem dos tipos mais freqüentes de sonegação, reunidos em manuais, para uso dos fiscais.

Identificou igualmente as faixas em que a sonegação se concentra: as profissões liberais (profissionais liberais que trabalham por conta própria, não assalariados de firmas), as firmas individuais e as sociedades de tipo familiar, de capital fechado, sem acionistas. Para as pessoas físicas, as fraudes mais comuns são a omissão de rendimentos e deduções exageradas, explicam Ilcenil Franco e Elcio Webster, assessores da Aespa. Mas, geralmente, no caso de donos de pequenas firmas ou mesmo de diretores de grandes empresas, as fraudes são encobertas através de operações que envolvem também a própria empresa. "Aliás", diz Antônio Rodrigues da Silva, também da Aespa, "uma fraude é como um circuito de lâmpadas. Por isso, quando se coloca a mão em uma, tôdas as demais se acendem." Tradicionalmente, investigações na contabilidade das empresas revelavam o encadeamento das sonegações.

Hoje, e poucos contribuintes sabem disso, os homens do Fisco têm arma ainda mais poderosa. Estão-se valendo de um direito que a reforma bancária lhes deu: a de investigação de contas bancárias, para determinar a movimentação de dinheiro de determinados contribuintes e, por essa movimentação, apurar a renda real.

Ainda que essa investigação dependa de prévia autorização judicial, nem mesmo o sigilo bancário existe mais para os homens do Fisco.

ocorrência de enganos. Além do mais, a máquina tributária hoje dispõe de mecanismos para selecionar os contribuintes que vale a pena fiscalizar — e o que se deseja, frisa Ivã Tavares, "não é arrancar mais dos mais ricos, e sim cobrar de quem não está pagando — daí as operações Arrastão, que identificam centenas de milhares de contribuintes omissos ou com rendimentos declarados a nível abaixo da realidade". Na seleção dos contribuintes, ou faixas de contribuintes a fiscalizar, entra novamente em cena o Centro de Informações Econômico-Fiscais, que mantém um setor especial de cadastros. Os mais conhecidos são o Cadastro Geral de Contribuintes e o Cadastro de Pessoas Físicas, que englobam todos os pagantes de impostos federais.

Mas há ainda outros cadastros especiais, seletivos. Para as empresas existe o Cadec — Cadastro Especial de Contribuintes, que relaciona as 7 000 principais empresas do país, responsáveis por 70% a 80% da arrecadação da União. Através de fichas, essas empresas têm tôdas as suas atividades acompanhadas constantemente (dados de balanços ou de órgãos de planejamento), já que a sonegação em uma delas pode representar, às vezes, um desfalque de impostos superior à sonegação feita por 10 000 ou 20 000 empresas pequenas. Não se veja nenhuma contradição nisso, diz Antônio Gomes de Oliveira, assessor da Aespa: "Não é a volta à velha filosofia de 'apertar' o cêrco somente dos maiores contribuintes, porque isso é mais fácil. O acompanhamento da vida do grande contribuinte poupa tempo, torna desnecessárias longas visitas de equipes de fiscais, previne a sonegação — está dentro do espírito da fiscalização a distância, portanto".

Além do mais, "houve apenas prioridade no cadastramento dos grandes contribuintes, pois medidas semelhantes estão sendo tomadas em relação a todos os setores, dentro da preocupação de ampliar ao máximo o número de contribuintes" — é o que revela Harry Schuller, chefe da Divisão de Programação da Fiscalização. "A Secretaria tem perfeito conhecimento, e realiza estudos a respeito, sobre a sonegação praticada na faixa da pequena e média empresas, e sobretudo nas empresas de caráter familiar."

Para avaliar o grau de perfeição buscado pela máquina fazendária, hoje: se somente as grandes empresas entram no Cadec, então um grupo de vinte pequenas empresas, dos mesmos proprietários, continuaria a não receber fiscalização prioritária, embora seu faturamento, somado, as colocasse no mesmo nível das principais. Sua tranquilidade não vai durar muito tempo: o CIEF já prepara o Cadastro das Grandes Fortunas e o Cadastro dos Grupos Econômicos, que per-

É GRANDE A SONEGAÇÃO?

Profissionais liberais lançados em 1968

Contabilistas	117 500
Advogados	46 400
Médicos	45 800
Compositores e artistas	45 300
Engenheiros	32 800
Farmacêuticos	13 200
Dentistas	25 600
Economistas	10 000
Químicos	5 500
Assistentes sociais	2 300
Outros	8 100

mitirão identificar ligações e interesses inter-relacionados, no mundo dos negócios. Outros cadastros existentes ou em elaboração: dos Contribuintes de Tributos Aduaneiros (empresas que operam com exportação e importação e que ficam assim sob vigilância, para evitar fraudes cambiais, remessas clandestinas de dólares ao exterior, etc.), Cadastro de Investimentos Estrangeiros, e de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Fazenda.

Ar, ar! — Até onde esse círculo levará o contribuinte brasileiro? Diz Guy de Oliveira Lima: "Não se pode perder nunca de vista que todo o esforço é para montar um sistema fazendário em bases científicas". A própria montagem da máquina, acrescenta Guy, vem resolver um dos problemas mais sérios do Brasil: o fornecimento de dados, coletados permanentemente e metódicamente, sobre a economia, setores de produção, comportamento de empresas (por falta deles, o governo às vezes deixa de tomar, a tempo, medidas que poderiam ter evitado crises ou impedido o agravamento de distorções da política econômica, que acentuam injustiças sociais). A nova atitude está atribuída à Secretaria da Receita pelo seu próprio ato de constituição: a ela cabe "estudar os efeitos da política tributária no complexo industrial e no comércio do país". E à sua divisão de Tributação — que complementa as coordenações de Arrecadação e Fiscalização — cabe atualizar a legislação sobre impostos e promover "sua utilização como instrumento de desenvolvimento econômico, tendo em vista a distribuição de rendimentos auferidos e a participação dos setores produtivos na economia nacional e internacional". A máquina fiscal não quer mais funcionar apenas para arrecadar: quer inclusive orientar a melhor distribuição de renda no país.

Com simpatia — Em princípios deste ano, a pequena e média empresas foram dispensadas de manter livros de escrituração do IPI. Os contribuintes de imposto de renda na fonte, que pagaram a mais em 1968, receberam seu dinheiro de volta sob a forma de cheques, no final de 1969. E há outros exemplos de que a racionalização permitirá atentar mais para os interesses dos contribuintes (veja o quadro sobre novidades). Ainda assim, o contribuinte brasileiro está atemorizado. Após brincar durante anos de gato e rato com o Fisco — e quase sempre ele era o gato —, sente-se ameaçado, sem saber exatamente como corrigir omissões ou mesmo fraudes de anos anteriores. "O importante é que, ainda este ano, todos que devem apresentar declarações passem a fazê-lo com correção", diz um dos técnicos da Secretaria. A frase acena com a possibili-



Arrecadação: aproximar-se do contribuinte para superar as resistências

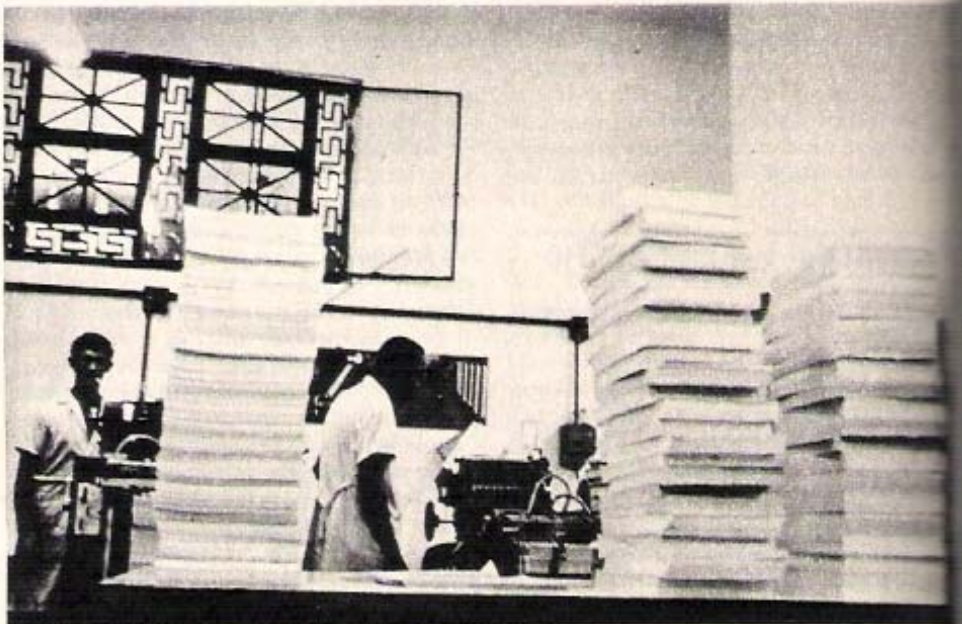
dade de alguma tolerância para os deslizamentos passados (não os graves, evidentemente), já que o Fisco, pela desorganização e práticas injustas a que chegou, também tem sua parcela de responsabilidade sobre eles.

Além do mais, os próprios investidores do IOS — o rumoroso caso de aplicação ilegal de dólares no exterior — receberam o "perdão" pelas suas fraudes, com a condição de que repatriassem os capitais que haviam remetido para fora do país.

Ao Fisco interessa, portanto, que as declarações deste ano sejam declarações corretas.

Ao contribuinte não resta muita escolha: o círculo vai-se fechando, novas armas pa-

ra identificar declarações de renda abaixo do efetivamente recebido vão sendo armazenadas. A qualquer momento, o Fisco poderá confrontar o patrimônio dos contribuintes com sua renda declarada: se houver desproporção entre os dois, o contribuinte será investigado. medida que o arsenal cresce, a possibilidade de tolerância se reduz. E o crescimento é rápido: pelos planos estabelecidos em 1969, o cartão-cadastro dos contribuintes deveria ser distribuído somente em 1971. Já este ano, porém, estará em mãos do contribuinte. O Fisco não se recupera apenas de seu atraso: ele se antecipa às suas metas. É necessário ter muito cuidado para não se atropelado.



Divulgação: milhões de formulários impressos e distribuídos ao público

Os novos e mais fáceis caminhos

Por menos que o contribuinte acredite, a racionalização se destina a simplificar sua vida. Tudo será extremamente fácil, no preenchimento da declaração, para quem viver exclusivamente de seus sa-

abater 10% sobre a renda bruta, calculada na etapa anterior, para obter a renda líquida, sobre a qual o imposto será calculado. Tanta facilidade, representada pela "declaração de rendimentos simpli-

castro? Por ele, um número único passa a "designar" cada brasileiro. Recebido no registro de nascimento, tal número o acompanhará até o fim de sua vida: teria de constar no certificado militar, título

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS SIMPLIFICADA PARA PESSOAS FÍSICAS ASSALARIADAS

NÚMERO DA DECLARAÇÃO

MINISTÉRIO DA RECEITA FEDERAL SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

TAXA DE RENDIMENTO: 4 x N.C.F.5 ANO EM QUE: 19__

IDENTIFICAÇÃO: NOME COMPLETO, N.º REGISTRAÇÃO, ENDERÇO, CEP, CÍVIL, SEXO, MEMBRADO, UNIDADE RES., CID., NASC., DOC. SERVO., OCUPAÇÃO, COB.

INDICAÇÕES GERAIS: SEXO, RESIDE EM PRÉDIO PRÓPRIO, REGIME DE CASAMENTO, COGNAÇÃO DE BENS, SERVIÇÃO DE BENS, LOCAL DE QUE APRESENTOU A DECLARAÇÃO ANTERIOR, CÍVIL, ESTADO, ESTÁVIO CIVIL, ESTA DECLARAÇÃO ABRANGE DE RENDIMENTOS, TÍTULO QUE FOR SUJETO A DETERMINAÇÃO DO I.R., DO CASAL, SIM/NÃO, DE RENDIMENTOS, SIM/NÃO, NÚMERO, CÓDIGO

RENDIMENTOS: 1. Fonte - CGC, 2. Fonte - CGC, 3. (ou 3 fontes) Juros em geral, 4. TOTAL DO RENDIMENTO BRUTO (1+2+3), 5. DEDUÇÃO PADRÃO (10% DE 4), 6. RENDA BRUTA (4-5)

ABATIMENTOS: 7. Número de dependentes, 8. Abatimento pelos dependentes (1/3 depend. x N.C.F.5 1.875,00), 9. Abatimento complementar possível (10% de 8), 10. TOTAL DE ABATIMENTOS (8+9), 11. RENDA LÍQUIDA (6+10)

CÁLCULO DO IMPOSTO: 12. IMPOSTO CALCULADO (Tabela no verso), 13. Imposto de renda arrec. nos fontes, 14. Ação de crédito (15) (10% de 12), 15. IMPOSTO AJUSTADO (12 - 13 - 14), 16. Desconto pagam. no ato (0% de 15), 17. Monto por atraso (16 de 15), 18. IMPOSTO A PAGAR (15-16) +/- (15+17)

de de 1969 assinatura

REDA LÍQUIDA	IMPOSTO CALCULADO	REDA LÍQUIDA	IMPOSTO CALCULADO	REDA LÍQUIDA	IMPOSTO CALCULADO	REDA LÍQUIDA	IMPOSTO CALCULADO
4250	Isento	7150	172,00	10000	496,00	12800	826,00
4300	3,00	7200	180,00	10100	480,00	12900	852,00
4400	6,00	7300	188,00	10200	492,00	13000	868,00
4500	9,00	7400	196,00	10300	504,00	13100	884,00
4600	14,00	7500	204,00	10400	516,00	13200	900,00
4700	19,00	7600	212,00	10500	528,00	13300	916,00
4800	24,00	7700	220,00	10600	540,00	13400	932,00
4900	29,00	7800	228,00	10700	552,00	13500	948,00
5000	34,00	7900	236,00	10800	564,00	13600	964,00
5100	39,00	8000	244,00	10900	576,00	13700	980,00
5200	44,00	8100	252,00	11000	588,00	13800	996,00
5300	49,00	8200	260,00	11100	600,00	13900	1.012,00
5400	54,00	8300	268,00	11200	612,00	14000	1.028,00
5500	59,00	8400	276,00	11300	624,00	14100	1.044,00
5600	64,00	8500	284,00	11400	636,00	14200	1.060,00
5700	69,00	8600	292,00	11500	648,00	14300	1.076,00
5800	74,00	8700	300,00	11600	672,00	14400	1.092,00
5900	79,00	8800	308,00	11700	684,00	14500	1.108,00
6000	84,00	8900	316,00	11800	696,00	14600	1.124,00
6100	89,00	9000	324,00	11900	708,00	14700	1.140,00
6200	94,00	9100	332,00	12000	720,00	14800	1.156,00
6300	99,00	9200	340,00	12100	732,00	14900	1.172,00
6400	104,00	9300	348,00	12200	744,00	15000	1.188,00
6500	109,00	9400	356,00	12300	756,00	15100	1.204,00
6600	114,00	9500	364,00	12400	772,00	15200	1.220,00
6700	119,00	9600	372,00	12500	788,00	15300	1.236,00
6800	124,00	9700	380,00	12600	804,00	15400	1.252,00
6900	129,00	9800	388,00	12700	820,00	15500	1.268,00
7000	134,00	9900	396,00				

DECLARAÇÃO DE BENS

EXISTENTES NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO. COMPREENDENDO: imóveis, terrenos, direitos reais sobre imóveis, direitos, debêntures, ações, títulos, participações, bens, móveis e outros bens pessoais de qualquer natureza. Excluem-se os bens e valores de uso doméstico, e valores e objetos de uso pessoal não sujeitos de avaliação econômica.

DECLARAÇÃO: (Inclua em cada rubrica e descreva as pessoas pertencentes durante o ano-base, indicando quanto aos bens e direitos e o prazo de validade dos mesmos, bem como rubricando a declaração de rendimentos que resultarem em abatementos de renda bruta).

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

	DO ANO ANTERIOR	DO ANO-BASE
DOB.		

Racionalização: em 1971, declaração em uma só página Simplificação: no formulário, tabela de cálculo do imposto

lários, isto é, quem não tiver outras fontes de rendimentos (aluguéis de casa, por exemplo). O extenso formulário atual será substituído por uma simples folha de papel, com poucos dados a preencher na parte da frente: os dados pessoais (nome, sexo, estado civil, etc.) tomam meia página. Na outra metade, apenas três informações a dar: a renda representada pelos salários, os abatimentos e o cálculo dos impostos. Em lugar de ter de calcular todas as deduções como hoje, o contribuinte já faz um desconto direto de 15% sobre os salários recebidos e obtém a renda bruta. A mesma coisa para abatimentos: não precisará mais relacionar despesas com dependentes, médicos, juros, etc. Também aqui, basta

ficada para pessoas físicas assalariadas", surgiu depois de estudos da Secretaria da Receita. Ela chegou à conclusão de que, em média, as deduções representavam 15% do rendimento bruto, e os abatimentos 10% da renda bruta — e julgou melhor adotar de uma vez esses índices-padrão para todos os contribuintes, em vez de obrigá-los a preencher longas declarações. Além da relação de bens, nova ajuda ao contribuinte, no verso da declaração simplificada: uma tabela para cálculo direto do imposto, depois de apurada a renda líquida. Essa declaração simplificada é para 1971, ano em que será lançado também o Cadastro Nacional de Pessoas Naturais, projeto nascido no Serpro. O que representa o novo ca-

de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade e todo e qualquer documento, inclusive fiscal (cadastro de contribuintes). Para este ano de 1970, as novidades já estão bem divulgadas: o cartão-cadastro, a ser devolvido à Secretaria da Receita, e o cartão de identificação, que o contribuinte receberá em duas vias (uma delas, para manter como reserva, para o caso de extravio da outra). O cartão de identificação vai ser um documento precioso a partir de setembro próximo. Recebimentos, transações diversas, operações com órgãos oficiais, não poderão realizar-se sem a sua exibição. Sem a apresentação do cartão, nem mesmo um automóvel poderá ser comprado.

DECLARE DE VERDADE

NÃO TENHA INIBIÇÕES, A TÉCNICA NÃO É DIFÍCIL

Para quem viveu de rendimentos, no ano passado, duas coisas podem acontecer: estar obrigado ou não a fazer declaração. Se ganhou ao todo, isto é, sem quaisquer descontos, menos de NCr\$ 4 200,00 não há com que se preocupar, está isento. Mas, se os rendimentos forem superiores a esse valor, duas coisas podem acontecer. Quem obteve rendimentos iguais ou superiores a NCr\$ 10 000,00 deve fazer a sua declaração até 15 de maio. Para os que ganharam entre NCr\$ 4 201,00 e NCr\$ 9 999,00, o prazo é um pouco maior, até 25 do mesmo mês. Também estão obrigados a declarar, mesmo com rendimentos inferiores a NCr\$ 4 200,00, os que exercem profissão liberal ou são titular, sócio, cotista, administrador ou diretor de empresas individuais ou de sociedades de qualquer espécie, excluídas as de natureza política ou religiosa. É um dever que atinge igualmente quem, em 1969, apesar de não ter auferido nenhum rendimento, se enquadrava numa das seguintes hipóteses: possuía carro, caminhão ou similar (com mais de 30 HP), qualquer embarcação ou aeronave; morava em casa ou apartamento de sua propriedade (com área superior a 100 m²); tinha residência de veraneio ou casa de campo, algum imóvel alugado ou mesmo desocupado; ou ainda título de sócio-proprietário de clube recreativo ou esportivo que valesse, no ano passado, mais de NCr\$ 5 000,00; títulos de renda e/ou de crédito, também de valor superior a NCr\$ 5 000,00; ou era proprietário de algum imóvel rural com receita bruta anual superior a NCr\$ 12 000,00.

É PRECISO PAGAR. MAS QUE SE PAGUE APENAS O QUE É JUSTO

O fato de a declaração obrigatória abranger uma faixa grande e diversificada de declarantes não significa, porém, que todos eles estarão obrigados a pagar. O imposto de renda não toma por base tudo o que a pessoa recebeu num ano, chamado rendimento bruto. Através de operações aritméticas,

num processo simples e sem mistério, o rendimento bruto perde parte do seu valor, inicialmente com as deduções cedulares que enquadram as despesas necessárias para se conseguir esse dinheiro. Feitas as deduções, o rendimento passa a se chamar líquido. A soma de vários rendimentos líquidos se dá o nome de renda bruta. Esta, por sua vez, sofre uma nova redução, através dos abatimentos que representam as despesas consideradas indispensáveis (manutenção, segurança, educação) do declarante e de seus dependentes. Com os abatimentos, obtém-se a renda líquida que é realmente a que se considera para o cálculo do imposto. O tributo só é devido quando a renda líquida for superior a NCr\$ 4 200,00, estando isento até esse limite. Assim, calculando o imposto de renda de cada um sobre o valor que restou depois de serem subtraídos do total recebido os valores correspondentes a despesas absolutamente indispensáveis, haverá uma divisão justa e racional dos declarantes entre os que devem pagar mais e menos, conforme a profissão ou atividade e o peso de seus encargos familiares. E haverá, certamente, casos em que caiba até devolução de parte do imposto recolhido a mais por antecipação (descontado na fonte). Daí a necessidade de algumas providências preliminares antes de começar a preencher o formulário. Das pessoas ou entidades das quais recebeu seus vencimentos, salários ou outros tipos de rendimentos que sofram retenção do imposto na fonte, o declarante deve exigir documento no qual se informam o total de rendimentos pagos e os descontos efetuados na folha de pagamento (INPS, imposto sindical, etc.). Importante: as fontes pagadoras são obrigadas por lei a fornecer esse documento que, além de servir de base para a declaração, é o único que deve ser anexado, obrigatoriamente, no formulário. Convém reunir também os recibos e comprovantes de todas as deduções e abatimentos que for pleitear. Tais documentos deverão ser conservados por um prazo de cinco anos, pois às vezes a sua exibição poderá ser solicitada pelas autoridades da Receita Federal. Os juros que foram pagos a terceiros (não esque-

cer que em qualquer compra a prazo são cobrados geralmente juros), os valores dos prêmios de seguro de vida, despesas com médico, dentista, etc. são outros dados que devem estar à mão para evitar incorreções no preenchimento. Lembre-se de que, se há uma obrigação de nada omitir ou falsear, há um direito do declarante de se valer de todas as regalias que a lei concede para que se pague, afinal, o imposto no seu justo valor.

QUATRO PÁGINAS, DEZ BLOCOS. AQUI COMEÇA A DECLARAÇÃO

E, agora, uma sugestão para que utilize o formulário encartado neste número de VEJA (não se trata de modelo) como rascunho para a sua declaração, acompanhando o roteiro que será apresentado a seguir. Obter um novo formulário será fácil. A própria Secretaria da Receita Federal deverá mandar para o declarante que já tem o seu nome cadastrado. Quem for declarar pela primeira vez poderá obter o formulário em qualquer repartição da Receita Federal ou em bancos. O rascunho evitará rasuras no formulário a ser entregue e terá a vantagem de servir como cópia que, conservada em poder do declarante, poderá orientá-lo no próximo ano, quando tiver de fazer nova declaração.

O formulário compõe-se de quatro páginas, divididas em blocos numerados de 1 a 10, números em verde que funcionam como guia no preenchimento que deve ser feito a máquina ou com letra de forma. No bloco n.º 1 não há maiores dificuldades. O exercício é de 1970, o ano base é de 1969. O endereço para a entrega de notificação não precisa ser necessariamente o de sua residência. Para facilitar a entrega, pode ser indicado o endereço do local onde trabalha, por exemplo. No bloco n.º 2 relacionam-se os dependentes, pessoas consideradas como encargos de família no ano base. Há também um espaço para indicar a residência do declarante. No bloco n.º 3 devem ser indicados os rendimentos. Eles são enquadrá-

COMO CALCULAR O IMPOSTO EM 1970?

Renda líquida NCR\$	Aliquota	Parcela a subtrair NCR\$
Até 4 200	Isento	—
4 201 a 4 500	3%	126,00
4 501 a 6 000	5%	216,00
6 001 a 8 400	8%	396,00
8 401 a 12 000	12%	732,00
12 001 a 16 500	16%	1 212,00
16 501 a 22 500	20%	1 872,00
22 501 a 30 000	25%	2 997,00
30 001 a 45 000	30%	4 997,00
45 001 a 60 000	35%	6 747,00
60 001 a 90 000	40%	9 747,00
90 001 a 120 000	45%	14 247,00
Acima de 120 000	50%	20 247,00

dentes da mesma natureza, isto é, conseqüências de casos fortuitos ou de força maior. As contribuições e doações são admitidas quando a entidade beneficiada fôr comprovadamente de caráter filantrópico, excluindo as doações a igrejas. As despesas com instrução devem obedecer ao limite de 20% da renda bruta. No segundo grupo, sem limitação quanto ao total a ser indicado no item 27, a cada dependente corresponde o abatimento de NCR\$ 1 872,00. Não esquecer de relacionar cada um deles no bloco n.º 2, indicando a relação de dependência. São dependentes a esposa (ou o marido, quando a mulher fôr cabeça de casal); os filhos menores de 21 anos, ou de qualquer idade, caso sejam inválidos, e ainda os maiores de 21 anos e até 24, se estiverem cursando escola de nível superior; as filhas solteiras, sem rendimentos próprios, viúvas (sem arrimo) ou abandonadas sem recursos pelo marido; os descendentes diretos (netos, bisnetos), menores ou inválidos, cujos pais não tenham condições econômicas para sustentá-los; os ascendentes diretos (pai, mãe, avós, sogros), se forem incapazes para o trabalho, por doença ou idade avançada; os irmãos, irmãs e cunhados ou cunhadas, menores ou inválidos, sem arrimo dos pais; criança pobre que o declarante crie e eduque como se fôsse filho seu; companheira que viva em sua companhia há mais de cinco anos, sob exclusiva dependência econômica do declarante e desde que este, caso seja desquitado, não responda pelo sustento de sua esposa.

Despesas com médicos, dentistas e hospitalização poderão ser abatidas desde que comprovadas. O cheque nominal é aceito como comprovante. A pensão alimentícia pode ser abatida na importância equivalente ao abatimento cabível por dependente ou no valor fixado pelo juiz, se fôr o caso. O resultado da soma

dêsses itens com o total indicado no item 22 deve ser colocado no item 27, com o que se termina o preenchimento do bloco n.º 6.

FIM DO FORMULÁRIO: É A HORA DE FAZER INVESTIMENTOS

No bloco n.º 7 se obtém em seguida a renda líquida, etapa final para o cálculo do imposto. Da renda bruta, registrada no bloco n.º 5, se subtrai o valor do item 27. Pode acontecer que a diferença entre os dois valores seja nula ou negativa, se os abatimentos forem iguais ou superiores à renda bruta. Mesmo no caso de resultado negativo, ele deve ser registrado no item 30, precedido da palavra "menos". Terminada a operação, no bloco n.º 7 haverá declarantes que não atingiram a renda líquida de NCR\$ 4 200,00. Estes já estão isentos, de acordo com a tabela para o cálculo do imposto. Os que tiveram renda líquida superior ao valor indicado deverão calcular, no bloco n.º 8, o seu imposto. Para que o imposto de renda seja tributado de forma justa há uma preocupação para que ele seja proporcional ao que cada um recebe e progressivo, no sentido de que sua taxaçaõ aumenta na medida em que os ganhos vão crescendo. O declarante

deve, por isso, verificar na tabela para o cálculo, já referida, em que classe se enquadra sua renda líquida. Feito isso, multiplica a renda pelo percentual respectivo indicado na coluna "Aliquota". Dêsse produto subtrai a importância indicada na coluna "Parcela a ser subtraída". O resultado final deve ser colocado no item 31. Por exemplo: a renda líquida é de NCR\$ 42 000,00, situa-se, portanto, na classe de 30 001 a 45 000; logo, a alíquota é de 30%. Donde $42\ 000 \times 30\% = 12\ 600,00$; subtraindo-se a importância indicada na "Parcela a ser subtraída" (4 997,00), temos então NCR\$ 8 103,00, que é o imposto. Mas, com o desconto na fonte — por exemplo, de NCR\$ 3 000,00 —, o imposto líquido devido passa a ser de NCR\$ 5 103,00. Pode acontecer, também, que o valor descontado na fonte seja superior ao imposto calculado, hipótese em que o declarante tem direito à restituição. Ou, apesar de isento, por não ter atingido renda líquida superior a NCR\$ 4 200,00, tenha sido descontado na fonte. Nesse caso, o declarante pode pedir a restituição do total que lhe foi descontado por antecipação. Mas, para aquela que tem imposto líquido devido, há ainda uma forma de reduzir esse valor por meio de incentivo fiscal previsto no Decreto-lei 157, de 1967. É só optar pela aplicação, na compra de ações, de parte do imposto devido. Essa parte poderá corresponder a até 12% do imposto, sem a dedução de desconto na fonte. De qualquer modo, essa redução não poderá ser superior ao montante do imposto líquido devido (item 33), quando muito poderá absorvê-lo totalmente. Despreze os centavos e anote a importância obtida no espaço correspondente ao item 34. Finalmente, o valor que permanecer, após as reduções permitidas para investimento, é o que o declarante terá efetivamente que recolher à Receita Federal. O fato de ter de pagar não deve deixar o declarante aborrecido. Pelé, um dos maiores contribuintes do imposto de renda, dizia que se pagava o imposto era sinal de que ganhava bem. E no folheto que o Ministério da Fazenda irá distribuir sobre o assunto há um desejo das autoridades que repete o comentário bem humorado de Pelé: "Fazemos votos", diz o folheto, "de que seja alto o seu tributo, mais alto ainda, cada ano que passar. Que ele acompanhe e registre a sua prosperidade. Que ele cresça com você".

SAIBA COMO DECLARAR OS BENS, COMO
PROCEDER NOS CASOS
ESPECIAIS ENVOLVENDO A PESSOA
FÍSICA E OUTROS
ESCLARECIMENTOS NO PRÓXIMO NÚMERO